



BOLETIM OFICIAL

ÍNDICE	
PARTE A	<p>PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA:</p> <p><i>Gabinete do Presidente:</i></p> <p>Louvor n° 2/2017:</p> <p>Louvando a Senhora Margarida Cândida dos Santos pelas qualidades evidenciadas que a distinguem enquanto profissional de excelência exemplar. 311</p> <p>Louvor n° 3/2017:</p> <p>Louvando o Senhor Mário Augusto Andrade Pasquinha pelas qualidades evidenciadas que o tornam exemplo de profissional e cidadão. 311</p>
	<p>CONSELHO DE MINISTROS:</p> <p>Resolução n° 10/2017 (II Série):</p> <p>Nomeia Carlos Rocha Oliveira, para, em comissão de serviço, exercer o cargo de Diretor-geral de Planeamento Orçamento e Gestão do Ministério das Finanças. 312</p> <p>Resolução n° 11/2017 (II Série):</p> <p>Nomeia o Conselho de Administração do Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica (INMG)..... 312</p> <p>Resolução n° 12/2017 (II Série):</p> <p>Nomeia os membros que integram o Conselho de Administração da Sociedade Nacional de Engenharia Rural e Florestal – SONERF..... 312</p> <p>CHEFIA DO GOVERNO:</p> <p><i>Secretaria Geral do Governo:</i></p> <p>Rectificação n° 37/2017:</p> <p>Rectificando o despacho n° 06/2017, de 15 de fevereiro publicada no <i>Boletim Oficial</i> II Série, n° 9, de 24 de fevereiro de 2017 referente a reafectação do pessoal da Extinto Ministério da Juventude. 312</p> <p>MINISTÉRIO DAS FINANÇAS, MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E TRABALHO E MINISTÉRIO DAS INFRAESTRUTURAS, ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E HABITAÇÃO:</p> <p><i>Gabinete dos Ministros:</i></p> <p>Despacho conjunto n° 16/2017:</p> <p>Cria uma Task force interinstitucional, adiante designada por Equipa de Trabalho, cujo objetivo é a apropriação da visão e apoio ao NOSI na operacionalização do LMITS 2 e todas as demais questões relacionadas com a implementação e finalização da operação do cadastro predial nas ilhas alvo do financiamento do MCA-CVII..... 314</p>
	PARTE C

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS***Direcção-Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão:*****Extracto de despacho nº 244/2017:**

Nomeando Alcídia Elisângela Dias de Almeida, em comissão ordinária de serviço em regime de substituição para exercer o cargo de Directora de Serviço dos Recursos Humanos da Direcção Nacional da Administração Pública..... 315

Extracto de despacho nº 245/2017:

Nomeando Fausta Montrond Nunes, em comissão de serviço, para exercer as funções de secretária do S. Ex.º o Ministro das Finanças..... 315

Extracto de despacho nº 246/2017:

Autorizando licença sem retribuição a Maria de Fátima Correia, apoio operacional AOI/2, da Direcção Geral das Alfândegas, da Direcção Nacional de Receitas do Estado (DNRE), do Ministério das Finanças..... 316

Comunicação nº 5/2017:

Comunicando sobre concurso para recrutamento de 1 técnico nível I, do Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica, que nenhum candidato ficou aprovado..... 316

MINISTÉRIO DA ECONOMIA E EMPREGO:***Gabinete do Ministro:*****Despacho nº 10/2017:**

Criando junto do Ministro da Economia e do Emprego um Júri da 1ª edição do Prémio Nacional da Qualidade..... 316

Despacho nº 11/2017:

Criando junto do Ministro da Economia e do Emprego, a Comissão Organizadora da 1ª edição do Prémio Nacional da Qualidade..... 316

Direcção Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão:**Extracto de despacho nº 247/2017:**

Dando por finda, a comissão ordinária de serviço de Julio António Tavares Lopes, no cargo de Director de Serviço, da Inspeção Geral das Actividades Económicas..... 317

MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA:***Direcção Nacional da Polícia Nacional:*****Extracto de despacho nº 248/2017:**

Autorizando Manuel Nunes Andrade, agente da primeira classe da Polícia Nacional, na situação de licença sem vencimento, o regresso ao serviço..... 318

Extracto de despacho nº 249/2017:

Autorizando o regresso antecipado ao serviço de Celso Amado da Silva, apoio operacional nível I da Polícia Nacional, na situação de licença sem vencimento..... 318

Extracto de despacho nº 250/2017:

Aplicando a Jair Delgado Duzenta, 1º subchefe da Polícia Nacional, a pena de demissão, por abandono de lugar..... 318

Extracto de despacho nº 251/2017:

Concedendo licença sem vencimento a Adilson Jorge Vieira Tavares, agente da 1ª classe da Polícia Nacional, efectivo do Comando das Unidades Especiais..... 318

MINISTÉRIO DA DEFESA:***Estado Maior das Forças Armadas:*****Extracto de despacho nº 252/2017:**

Transitando para a situação de reforma João José da Cruz Tavares Lopes, tenente-coronel na reserva..... 318

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E TRABALHO E MINISTÉRIO DAS INFRAESTRUTURAS, ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E HABITAÇÃO:***Gabinete das Ministras:*****Despacho conjunto nº 17/2017:**

Declara estabelecido o cadastro predial na Ilha e Conselho do Sal..... 318

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO:***Serviço de Gestão de Recursos Humanos:*****Extracto de despacho conjunto nº 253/2017:**

Requisitando Valdano Paulo Cabral Furtado, pessoal do quadro do Ministério da Educação..... 320

Extracto de despacho conjunto nº 254/2017:

Requisitando Eva Gomes Mendes Lopes Varela, pessoal do quadro do Ministério da Educação..... 320

Extracto de despacho nº 255/2017:

Concedendo e prorrogando licença sem vencimento, rescendendo o contrato do trabalho a Octávio Vladimir Mendes Semedo, Manuel Socorro Fonseca da Silva e Eurides de Jesus Garcia Gonçalves, da Escola Secundária Achada Grande, da Delegação do ME - Concelho de São Filipe e Liceu Amílcar Cabral, respectivamente. 320

Extracto de despacho nº 256/2017:

Transferindo, permutando, destacando e fim de destacamentos do pessoal do Ministério da Educação..... 320

Extracto de despacho nº 257/2017:

Aplicando a pena de demissão a Filomeno António Furtado Sanches, em exercício de funções na Escola Secundária do Maio..... 324

Extracto de despacho nº 258/2017:

Dá por finda, a comissão de serviço de Alcídia Elisângela Dias de Almeida, do cargo da Diretora de Serviço de Gestão de Recursos Humanos do Ministério da Educação..... 324

Extracto de despacho nº 259/2017:

Concedendo licença sem vencimento a Abel Xavier Barbosa, Juérnia da Silva Oliveira, Osvaldo João Lopes Paula, Onildo António Silva Ramos, Elisângela Gomes Mendes, Maria Dulcelina Dias Gomes e Adelsia de Jesus Mendes Almeida Duarte, pessoal do quadro do Ministério da Educação..... 324

Comunicação nº 6/2017:

Comunicando que Maria Trindade Gomes Flôr, que se encontrava de licença sem retribuição por um período de seis meses, retomou as suas funções..... 324

Comunicação nº 7/2017:

Comunicando que Leonildo de Pina Mendes, que se encontrava de licença sem vencimento por um período de três meses, retomou as suas funções..... 324

Comunicação nº 8/2017:

Comunicando que António Mendes Antunes, que se encontrava de licença sem vencimento por um período de três meses, retomou as suas funções..... 324

Aviso nº 8/2017:

Citando, Ana Frederico Gonçalves Tavares, para apresentar a sua defesa no processo que decorre os tramites na Inspeção Geral da Educação, por presumível abandono de lugar..... 324

Rectificação nº 38/2017:

Retificando o despacho publicado no *Boletim Oficial* n.º 11, II Série de 9 de março de 2016, referente a reformulação do contrato de Achaline Armanda Cardoso Santos Duarte, da Delegação do ME – Concelho da Praia..... 324

Rectificação nº 39/2017:

Retificando o despacho conjunto publicado no *Boletim Oficial* n.º 5, II Série de 27 de janeiro de 2017, referentes as pendências relativas as reclassificações ano 2012 de Alice Maria Fonseca Silva Delgado, da Escola Secundária José Augusto Pinto..... 324

Rectificação nº 40/2017:

Retificando o despacho conjunto publicado no *Boletim Oficial* n.º 5, II Série de 27 de janeiro de 2017, referentes as pendências relativas as reclassificações ano 2012 de Elisabete de Carvalho e Silva Mendes, da Escola Secundária Regina Silva..... 325

Rectificação nº 41/2017:

Retificando o despacho conjunto publicado no *Boletim Oficial* n.º 5, II Série de 27 de janeiro de 2017, referentes as pendências relativas as reclassificações ano 2012 de Valentina Kadarovna Majaeva Lima, da Escola Industrial e Comercial do Mindelo..... 325

Rectificação nº 42/2017:

Retificando o despacho conjunto publicado no *Boletim Oficial* n.º 5, II Série de 27 de janeiro de 2017, referentes as pendências relativas as reclassificações ano 2012 de Maria Auxiliadora Gomes Santos, do Liceu Ludgero Lima..... 325

Rectificação nº 43/2017:

Retificando o despacho conjunto publicado no *Boletim Oficial* n.º 5, II Série de 27 de janeiro de 2017, referentes as pendências relativas as reclassificações ano 2012 de Rosa Olívia Monteiro do Rosário, do Liceu Ludgero Lima..... 325

Rectificação nº 44/2017:

Retificando o despacho conjunto publicado no *Boletim Oficial* n.º 5, II Série de 27 de janeiro de 2017, referentes as pendências relativas as reclassificações ano 2012 de Sílvia Mónica Pereira Soares Cardoso, do Centro Educativo Miraflores..... 325

Rectificação nº 45/2017:

Retificando o despacho conjunto publicado no *Boletim Oficial* n.º 5, II Série de 27 de janeiro de 2017, referentes as pendências relativas as reclassificações ano 2012 de Maria Rita Araújo Rosa Lima, da Escola Secundária Abílio Duarte..... 325

Rectificação nº 46/2017:

Retificando o despacho conjunto publicado no *Boletim Oficial* n.º 5, II Série de 27 de janeiro de 2017, referentes as pendências relativas as reclassificações ano 2012 de Janetta Albertovna kaspariane Monteiro, da Escola Industrial e Comercial do Mindelo..... 325

Rectificação n.º 47/2017:

Retificando o despacho conjunto publicado no *Boletim Oficial* n.º 12, II Série de 16 de março de 2016, referente a nomeação definitiva de Gilson António Borges Tavares, da Escola Secundária Alfredo da Cruz Silva. 325

Anulação n.º 5/2017:

Anulando o despacho conjunto publicado no *Boletim Oficial* n.º 5, II Série de 27 de janeiro de 2017, referentes as pendências relativas as reclassificações ano 2012 de Cesaltina Mendes Varela, da Delegação Escolar de Santa Cruz..... 325

Anulação n.º 6/2017:

Anulando o despacho conjunto publicado no *Boletim Oficial* n.º 5, II Série de 27 de janeiro de 2017, referentes as pendências relativas as reclassificações ano 2012 de Crisolita Dongo Lopes, da Escola Técnica João Varela. 325

Anulação n.º 7/2017:

Anulando o despacho conjunto publicado no *Boletim Oficial* n.º 5, II Série de 27 de janeiro de 2017, referentes as pendências relativas as reclassificações ano 2012 de Eloisa Helena Brito Lopes, da Escola Secundária Abílio Duarte. 325

Anulação n.º 8/2017:

Anulando o despacho conjunto publicado no *Boletim Oficial* n.º 5, II Série de 27 de janeiro de 2017, referentes as pendências relativas as reclassificações ano 2012 de Elsa Maria Carvalho Neves Vaz, da Escola Secundária Constantino Semedo..... 326

Anulação n.º 9/2017:

Anulando o despacho conjunto publicado no *Boletim Oficial* n.º 5, II Série de 27 de janeiro de 2017, referentes as pendências relativas as reclassificações ano 2012 de Nilton Emanuel Tavares Paiva Semedo, da Delegação Escolar de Santa Cruz..... 326

Anulação n.º 10/2017:

Anulando o despacho conjunto publicado no *Boletim Oficial* n.º 5, II Série de 27 de janeiro de 2017, referentes as pendências relativas as reclassificações ano 2012 de Helena Albertina Lopes Ramos Delgado Ferreira, da Delegação Escolar da Praia..... 326

Anulação n.º 11/2017:

Anulando o despacho conjunto publicado no *Boletim Oficial* n.º 5, II Série de 27 de janeiro de 2017, referentes as pendências relativas as reclassificações ano 2012 de Jandira Helena Monteiro dos Reis, da Delegação Escolar do Sal. 326

Anulação n.º 12/2017:

Anulando o despacho conjunto publicado no *Boletim Oficial* n.º 5, II Série de 27 de janeiro de 2017, referentes as pendências relativas as reclassificações ano 2012 de Ivete de Pina Duarte da Graça, da Escola Secundária José Augusto Pinto. 326

Instituto Universitário de Educação:**Rectificação n.º 48/2017:**

Rectificando o despacho publicado no *Boletim Oficial* n.º 8, II Série de 17 de fevereiro de 2017, referente ao fim comissão ordinária de serviço de João Bernardino Ramos Cunha. 326

MINISTÉRIO DA SAÚDE E DA SEGURANÇA SOCIAL:**Direcção Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão:****Extracto de despacho n.º 260/2017:**

Destacando Verónica dos Santos Silva, enfermeira geral, em serviço na Direcção Nacional da Saúde, para exercer as suas funções na Delegacia de Saúde do Sal. 326

Extracto de despacho n.º 261/2017:

Destacando Hélder José Miranda Almada do Rosário, médico graduado, em serviço no Hospital Dr. Agostinho Neto, na ilha de Santiago, destacado para exercer as suas funções no Hospital Regional do Sal. 326

Extracto de despacho n.º 262/2017:

Concedendo licença sem vencimento a Danielson Pereira Barreto da Veiga, médico assistente, em serviço no Hospital Dr. Agostinho Neto. 326

	<p>MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E AMBIENTE: <i>Direcção-Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão:</i> Extracto de despacho nº 263/2017: Destacando José Roberto Ramalho Varela, do quadro da DGASP do MAA para exercer funções na Delegação do mesmo Ministério na ilha do Maio. 326</p> <p>MINISTÉRIO DAS INFRAESTRUTURAS, DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E HABITAÇÃO: <i>Direcção Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão:</i> Rectificação nº 49/2017: Rectificando o despacho publicado de forma inexacta no <i>Boletim Oficial</i> nº 9, II Série, de 24 de fevereiro de 2017. 326</p>
PARTE D	<p>CONSELHO SUPERIOR DA MAGISTRATURA JUDICIAL: <i>Secretaria:</i> Extracto de deliberação nº 14/CSMP/2016/2017: Designando, os cidadãos para constituir o Júri do concurso para admissão de um tradutor. 327</p>
PARTE E	<p>AUTORIDADE REGULADORA DAS AQUISIÇÕES PÚBLICAS: <i>Conselho de Administração:</i> Comunicação nº 9/2017: Regressando ao quadro de origem Manuel Mendes Garcia, técnico superior, quadro da ARAP, que se encontrava de licença sem vencimento. 327</p> <p>INSTITUTO CABO-VERDIANO PARA IGUALDADE E EQUIDADE DO GÉNERO: <i>Conselho de Administração:</i> Extracto de despacho conjunto nº 264/2017: Requisitando Roselma Marisa Lima Évora, para exercer as funções de Coordenadora do Projeto “Promoção da Autonomia Económica e Política das Mulheres” no Instituto Cabo-Verdiano para Igualdade e Equidade do Género. 327</p>

PARTE A

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Gabinete do Presidente

Louvor nº 2/2017

O sucesso de qualquer instituição depende dos seus colaboradores: tanto é o sucesso, quanto melhor o contributo dos seus colaboradores.

Nestes termos e, como gesto de consideração e reconhecimento, elogio a Senhora Margarida Cândida dos Santos pelo modo como cumpriu, durante os cinco anos do meu primeiro mandato, as funções de Secretária da Casa Civil da Presidência da República.

Profissional de sólida formação moral, elevado sentido de responsabilidade, demonstrando comprometimento e dedicação nas tarefas que lhe foram incumbidas, com uma capacidade de trabalho ímpar e inexcedível disponibilidade para o serviço.

Colaboradora leal, competente, de conduta ética irrepreensível e com elevado espírito de colaboração, qualidades que tiveram um papel determinante e inequívoca para o bom funcionamento da Casa Civil.

É de justiça realçar, também, os seus contributos pessoais: discreta, ponderada, serena, generosa, solidária com os colegas e com adequado e salutar relacionamento interpessoal, atributos que conquistaram a maior estima e respeito por parte de todos os colaboradores.

No momento em que cessa as funções, por aposentação, é-me particularmente grato sublinhar o contributo valioso e decisivo para a eficiência e prestígio da instituição que dirijo.

Assim, por tudo quanto fica referido, é com satisfação que LOUVO a Senhora Margarida Cândida dos Santos pelas qualidades evidenciadas que a distinguem enquanto profissional de excelência exemplar.

Palácio da Presidência da República, na Praia, aos 20 de fevereiro de 2017. – O Presidente da República, JORGE CARLOS DE ALMEIDA FONSECA

Louvor nº 3/2017

O sucesso de qualquer instituição depende dos seus colaboradores: tanto maior é o sucesso, quanto melhor o contributo dos seus colaboradores.

Nestes termos e, como gesto de consideração e reconhecimento, elogio o Senhor Mário Augusto Andrade Pasquinha pelo modo honroso e muito meritório com que cumpriu, durante os cinco anos do meu primeiro mandato, as funções de Condutor da Presidência da República.

Dotado de elevado grau de profissionalismo, sentido de responsabilidade e de dever funcional, comprometimento e de inexcedível disponibilidade para o serviço, o Senhor Mário Augusto Andrade Pasquinha revelou-se um colaborador leal, competente, empenhado, de conduta ética irrepreensível, discreto, humilde, e de aprimorada educação.

A tudo isto conseguiu juntar uma irrepreensível postura pessoal, notável relacionamento interpessoal, simplicidade de relacionamento e generosidade que conquistaram a maior estima e respeito por parte de todos os colaboradores.

No momento em que cessa as suas funções, por aposentação, é-me particularmente grato sublinhar o seu contributo valioso para a eficiência e prestígio da Presidência da instituição que ora dirijo.

Assim, por tudo quanto fica referido, é com satisfação que LOUVO o Senhor Mário Augusto Andrade Pasquinha pelas qualidades evidenciadas que o tornam exemplo de profissional e cidadão.

Palácio da Presidência da República, na Praia, aos 20 de fevereiro de 2017. – O Presidente da República, JORGE CARLOS DE ALMEIDA FONSECA

PARTE C**CONSELHO DE MINISTROS****Resolução nº 10/2017 (II Série)****de 2 de março**

Ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 93.º da Lei n.º 42/VII/2009, de 27 de julho, reprimado pelo artigo 2.º da Lei n.º 1/IX/2016, de 11 de agosto, conjugado com o n.º 1 do artigo 23.º do Decreto-lei n.º 59/2014, de 4 de novembro; e

Nos termos do n.º 2 do artigo 265.º da Constituição, o Governo aprova a seguinte Resolução:

Artigo 1.º

Nomeação

É nomeado Carlos Rocha Oliveira, licenciado em Economia e Pós-graduado em Contabilidade Pública, Finanças Públicas e Gestão Orçamental, para, em comissão de serviço, exercer o cargo de Diretor-geral de Planeamento, Orçamento e Gestão do Ministério das Finanças.

Artigo 2.º

Entrada em vigor

A presente Resolução entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

Aprovada em Conselho de Ministros do dia 5 de janeiro de 2017.

O Primeiro-ministro, *José Ulisses de Pina Correia e Silva*

Resolução nº 11/2017 (II Série)**de 2 de março**

Ao abrigo do n.º 3 do artigo 18.º da Lei n.º 92/VIII/2015, de 13 de julho; e

Nos termos do n.º 2 do artigo 265.º da Constituição, o Governo aprova a seguinte Resolução:

Artigo 1.º

Nomeação

São nomeados os seguintes membros para integrarem o Conselho de Administração do Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica (INMG), nos cargos que se indicam:

- José Manuel Gomes Moreno, Presidente;
- Daniel Amílcar Gonçalves da Graça, Administrador; e
- Júlio Cesar Lima, Administrador.

Artigo 2.º

Entrada em vigor

A presente Resolução entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação e produz efeitos a partir do dia 1 de março de 2017.

Aprovada em Conselho de Ministros do dia 2 de fevereiro de 2017.

O Primeiro-ministro, *José Ulisses de Pina Correia e Silva*.

Resolução nº 12/2017 (II Série)**de 2 de março**

Ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 93.º da Lei n.º 42/VII/2009, de 27 de julho, reprimado pelo artigo 2.º da Lei n.º 1/IX/2016, de 11 de agosto, conjugado com o n.º 1 do artigo 23.º do Decreto-lei n.º 59/2014, de 4 de novembro e o artigo 8.º do Decreto-lei n.º 7/2013, de 11 de fevereiro; e

Nos termos do n.º 2 do artigo 265.º da Constituição, o Governo aprova a seguinte Resolução:

Artigo 1.º

Nomeação

São nomeados os seguintes membros para integrarem o Conselho de Administração da Sociedade Nacional de Engenharia Rural e Florestal – SONERF:

- José David dos Reis Brito, Pós-graduado em Gestão Empresarial, para em comissão de serviço ordinário, exercer as funções de Presidente do Conselho de Administração.
- Manuel José Osório Correia e Silva, Mestre em Ciências Económicas, para em comissão de serviço ordinário exercer as funções de Administrador não Executivo do Conselho de Administração.
- Arnaldo Emiliano dos Reis Tavares, Mestre em Engenharia Eletrónica e de Computadores, para em comissão de serviço ordinário exercer as funções de Administrador não Executivo do Conselho de Administração.

Artigo 2.º

Entrada em vigor

A presente Resolução entra em vigor a 15 de março de 2017.

Aprovada em Conselho de Ministros de 16 de fevereiro de 2017.

O Primeiro-ministro, *José Ulisses de Pina Correia e Silva*.

—oço—

CHEFIA DO GOVERNO**Secretaria Geral do Governo****Rectificação nº 37/2017**

Por ter sido publicada de forma inexata no *Boletim Oficial* II Série, nº 9, de 24 de fevereiro de 2017, o despacho nº 06/2017, de 15 de fevereiro de S. Ex.º o Primeiro Ministro sobre reafecção do pessoal da Extinto Ministério da Juventude, pelo que novamente se manda publicar na íntegra, com a lista anexada ao despacho.

Despacho n.º 06/2017**de 15 de fevereiro**

Considerando a visão do Governo definido no seu programa da IX Legislatura, em que propõe um novo modelo de Governação do país, assente numa nova forma de relacionamento com a sociedade que rejeita o dirigismo e a onnipresença do Governo, como ficou plasmado na Orgânica do Governo. Daqui resultou a extinção de vários departamentos governamentais entre os quais o antigo Ministério da Juventude, Emprego e Desenvolvimento dos Recursos Humanos. Por isso torna-se necessário proceder a reafecção dos funcionários do extinto Ministério.

Assim;

Nos termos do artigo 24º do Decreto-Lei nº 54/2009, de 7 de dezembro, o Primeiro Ministro determina o seguinte:

1. São reafectados os funcionários do extinto Ministério da Juventude, Emprego e Desenvolvimento dos Recursos Humanos, constantes da lista em anexo, nos respetivos ministérios e institutos designados, na mesma situação jurídica que detinham.

Reafecção nos termos do artigo 24º do Decreto-Lei nº54/2009 de 7 de dezembro na Chefia do Governo			
Funcionamento - Pessoal do quadro			
ORD	NOME	CARGO	VINCULO
1	Armanda Duarte Fonseca de Portela e Prado	Técnico Senior nível II	Quadro carreira técnica
Funcionamento - Pessoal contratado			
ORD	NOME	CARGO	VINCULO
2	Arrigo Gomes Costa	Técnico I	Contrato
3	Jacinto de Pina Andrade	Condutor III	Contrato
ORD	NOME	CARGO	VINCULO
1	Denise Almeida Brito	Secretária Contabilística	Contrato - PI investimento

Ministério da Administração Interna Funcionamento			
ORD	NOME	CARGO	VINCULO
1	Jose Antonio Almeida Varela	Auxiliar administrativo 2/F(APII)	Contrato
2	Alexandrino Nascimento Lima	Técnico Nível I	Contrato
3	Ileida Samira Pires dos Reis	Técnico Nível I	Contrato
4	Edson Neves M. Garcia	Condutor III	Contrato
5	Ineida Filomena Gomes Duarte	Técnica Nível I	Contrato
ORD	NOME	CARGO	VINCULO
6	Maria Victoria Morais Veríssimo	Técnica Nível I	Contrato - P. Investimento

No Ministério da Educação Funcionamento			
ORD	NOME	CARGO	VINCULO
1	Adelino Rodrigues Fortes	Tecnico Nivel I	contrato
2	Ana Lina Brito Correia	Auxiliar Administrativo 2A	contrato
3	Augusto Lopes Rodrigues	Guarda	contrato
4	Ary Devlin Cosme Tolentino	Assistente tecnico VI	contrato
5	Berta SilvaTavares	Apoio Operacional I	contrato
6	Emanuel Frederico Cabral	Guarda	contrato
7	Luísa Paulina Vaz Correia	Apoio Operacional I	Quadro
8	Feliciano Joao Induque	Guarda	contrato
9	Luis Neves Silva	Guarda	contrato
10	Manuel António Tavares Correia	Guarda	contrato
11	Ivalinda Ferreira Soares	Técnico Nível I	contrato
12	José Alberto Rodrigues Andrade	Guarda	contrato
13	Ludmila Fernandes	Auxiliar Administrativo 6B	contrato
14	Manuel Santos Almeida	Técnico Nível I	contrato
15	Victor Manuel Sanches Varela	Auxiliar Administrativo 2A	contrato
16	Djamila Isabel da Veiga Soares	Auxiliar Administrativo 6B	contrato
PI			
ORD	NOME	CARGO	VINCULO
17	Vanessa Andrade Lopes da Cruz	Animadora Social	contrato - P.Investimento
18	Anilson Jorge da Costa Borges	Animador Social	contrato - P.Investimento
19	Elisangela Ivanilda da Silva	Apoio Operacional I	contrato - P.Investimento
20	Helmer Alberto Baltazar Fortes	Assistente Tecnico (animador social)	contrato - P.Investimento
PI			
ORD	NOME	CARGO	VINCULO
21	Emanuela Gabriela Rocha Santos	Auxiliar Administrativo 6C	contrato - P.Investimento

No Ministério da Saúde e Segurança Social Funcionamento -Quadro contratado			
ORD	NOME	CARGO	VINCULO
1	Adelina Gonçalves da Rosa	Auxiliar Administrativo 2A	Contrato
2	Ângela Maria Pinto dos Reis	Secretária	Contrato
3	Edviges Sousa Miranda	Ajudantes Serviços Gerais 1A	Contrato
4	Elisio Pereira Furtado	Assistente Administrativo 6/B	Contrato
5	Eliseu Pinto Tavares	Monitor Informático	Contrato
6	Adilson Carvalho Bango	Técnico Nível I	Contrato
7	Índira Larissa Inocêncio Silva	Técnica nível I	Contrato
8	Ionilde Mendes Ribeiro	Ajudantes Serviços Gerais 1A	Contrato
9	Isaías Barros Varela	Monitor Informático	Contrato
10	Jaime Raúl Ramos da Veiga	Técnico nível I	Contrato
11	Maria do Carmo Rosário Monteiro	Técnico Nível I	Contrato
12	Mário Madaleno Varela Lopes	Ajudantes Serviços Gerais 1A	Contrato
13	Gerónima Gonçalves Rosa	Ajudantes Serviços Gerais 1A	Contrato
14	Cleusa Suzete Andrade Semedo	Ajudantes Serviços Gerais 1A	Contrato
PI			
ORD	NOME	CARGO	VINCULO
15	Eliseu Nilson Semedo Cardoso	Tecnico	Contrato P. Investimento
16	Miriam Solange Fernandes Silva Monteiro	Técnico Nivel I	Contrato P. Investimento
17	Madeleine Valerie Fonseca Salomao	Técnico Nivel I	Contrato P. Investimento
18	Rani Helena Santos Andrade	Apoio Operacional I	Contrato P. Investimento
19	Suzi Lopes da Silva Chantre	Técnico Nivel I	Contrato P. Investimento
PI			
ORD	NOME	CARGO	VINCULO
20	Odair Silva Almeida	Condutor/ Formador	Contrato P. Investimento
21	Cheila Cristina da Cruz Pinto	Técnica	Contrato P. Investimento

No Ministério da Família e Inclusão Social - ICCA Pessoal contratado - Funcionamento			
ORD	NOME	CARGO	VINCULO
1	Manuel Lopes Fortes	Técnico nivel I	Contrato
PI			
ORD	NOME	CARGO	VINCULO
2	Edson Paulo Santos Silva	Técnico Nível I	Contrato - P.Investimento

No Ministério da Família e Inclusão Social Funcionamento			
ORD	NOME	CARGO	VINCULO
2	Adilma Zuleica Monteiro Silva	Técnico Nível I	Contrato
3	Izilda Vera-Cruz Fortes	Secretária	Contrato
4	Ineida da Conceição C. Mendes	Assistente Técnico IV	Contrato
5	Manuela Lopes Gomes	Auxiliar Administrativo 6B	Contrato
PI			
ORD	NOME	CARGO	VINCULO
6	Helga Dias de Pina	Técnica Superior	Contrato- P. Investimento
7	Janete Mota Diniz	Apoio Operacional I	Contrato- P. Investimento
PI			
ORD	NOME	CARGO	VINCULO
8	Ana Teresa Pereira Gonçalves	Apoio Operacional I	Contrato- P. Investimento

Na Inspeção Geral do trabalho Funcionamento			
ORD	NOME	CARGO	VINCULO
1	Anabela Basília Nunes de Pina	Auxiliar Administrativo 2/A	Contrato

Instituto Universitario de Educação Funcionamento			
ORD	NOME	CARGO	VINCULO
1	Carla Helena Monteiro Goncalves	Apoio operacional I	Contrato

Gabinete do Primeiro-Ministro, na Praia, aos 15 de fevereiro de 2017.
— O Primeiro-Ministro, *José Ulisses de Pina Correia e Silva*.

Secretaria Geral do Governo, na Praia, aos 27 de fevereiro de 2017.
— A Secretária Geral, *Erodina Monteiro*.

— o ̄o —

**MINISTÉRIO DAS FINANÇAS,
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E TRABALHO
E MINISTÉRIO DAS INFRAESTRUTURAS,
ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO
E HABITAÇÃO**

Gabinete dos Ministros

Despacho conjunto nº 16/2017

No dia 27 de Janeiro do corrente ano, realizou-se a Reunião Extraordinária do Conselho Coordenador do MCA/MCC, com os representantes do Governo que fazem parte do referido Conselho, entre os quais o Ministro das Finanças, a Ministra das Infraestruturas, do Ordenamento do Território e Habitação, o Ministro de Agricultura e Ambiente, o Ministro de Economia, Emprego e Turismo, perante a presença dos representantes do Millennium Challenge Account (MCA-CVII) e do Millennium Challenge Corporation (MCC) e da Associação Nacional de Municípios de Cabo Verde, tendo constatado que existem ainda vários constrangimentos relacionados com a implementação do projeto Land no que tange ao desenvolvimento, apropriação e operacionalização do LMITS2.

O LMITS 2 é o sistema de transação de propriedades que através da abordagem janela única, permite a realização das operações sobre a terra, de forma integrada e eficiente, dos Municípios, dos Cartórios Notariais, e das Conservatórias do Registo Predial, com base nas informações do cadastro e suportado por um sistema de informação geográfico, com dados provenientes da infraestrutura de dados espaciais.

O NOSI é a entidade responsável por conceber e implementar o LMITS 1 e LMITS 2, através de um Acordo de Implementação assinado com o MCA-CV II.

Considerando que:

- As reformas legais e institucionais, deram lugar a um novo quadro institucional, com novos procedimentos e instrumentos;
- O desenvolvimento e utilização do LMITS 1 e do LMITS 2 trouxeram novas formas de operação e funcionamento para as diferentes instituições envolvidas, nomeadamente no que se refere à sua integração;
- Neste momento decorrem operações sistemáticas, de execução do cadastro predial nas Ilhas do Sal, Maio, São Vicente e Boavista;
- Havendo a necessidade de capacitar todos os intervenientes no processo do cadastro predial e do LMITS 2;
- Ainda, a necessidade de assegurar a gestão, de forma integrada do processo, nomeadamente a gestão da mudança, a implementação de novos documentos de identificação dos prédios, bem como uma nova forma de assegurar o pagamento dos custos das operações e o seu rateio entre as instituições;
- A necessidade e preocupação de manter a base de dados do cadastro permanentemente atualizada;
- A necessidade de estabelecer procedimentos para gestão e tratamento dos prédios em situação de cadastro diferido;

Assim,

Manda o Governo, através da Ministra das Infraestruturas, Ordenamento do Território e Habitação, que tutela o sector do cadastro predial, da Ministra da Justiça e do Trabalho e do Ministro das Finanças, o seguinte:

1. É criada uma Task force interinstitucional, adiante designada por Equipa de Trabalho, cujo objetivo é a apropriação da visão e apoio ao NOSI na operacionalização do LMITS 2 e todas as demais questões relacionadas com a implementação e finalização da operação do cadastro predial nas ilhas alvo do financiamento do MCA-CVII.

2. A equipa de trabalho tem por missão, garantir que o LMITS 2 esteja em pleno funcionamento e utilizado por todas as entidades relevantes até 31 de Maio de 2017, por forma a que o sistema possa ser testado com dados e transações reais até 30 de Novembro de 2017, data em que termina o Compacto assinado entre os Governos de Cabo Verde e dos Estados Unidos da América, através do MCC. Designadamente, a equipa desempenha as seguintes tarefas:

- i. Familiarização e aprovação do modelo de dados e especificações técnicas do LMITS. Estas informações devem ser disponibilizadas pelo NOSI;
- ii. Conhecer e apropriar das funcionalidades do LMITS 2 e avaliar a sua adequação às necessidades de gestão dos prédios cadastrados, propondo ao NOSI as alterações que entender pertinentes;
- iii. Garantir a conformidade do LMITS 2 ao quadro legal que regula a gestão dos prédios cadastrados e sua atualização permanente;
- iv. Propor eventuais alterações legislativas que sejam necessárias para a implementação do LMITS2;
- v. Determinar auditorias à base de dados do LMITS 2, sempre que o julgar necessário, designadamente para aferir do cumprimento dos Protocolos de acessos, gestão, consulta e transmissão de dados;

- vi. Aprovar um plano de trabalho para a instalação, formação de utilizadores e operacionalização do LMITS 2 a nível nacional;
- vii. Determinar e validar os processos, procedimentos, manuais e formulários para a operacionalização, execução e avaliação do LMITS 2, na sua componente de integração e transversal;
- viii. Assegurar a gestão estratégica e a operacionalização do LMITS2, sem prejuízo das competências legais específicas de cada entidade;
- ix. Propor e dinamizar as ações de capacitação visando a apropriação do novo quadro legal, institucional e operacional instituído pelo Cadastro Predial e refletido no LMITS2, pelas diferentes entidades envolvidas;
- x. Assegurar que, no mínimo, 7.000 prédios inscritos no cadastro predial na Ilha do Sal sejam registados até finais de Fevereiro e que os restantes sejam registados o mais rápido possível;
- xi. Orientar as instituições para o cumprimento da lei no que concerne ao acesso e proteção de dados pessoais;
- xii. Aprovar e fiscalizar o cumprimento do Protocolo de Acessos, Apropriação e Gestão de Dados no LMITS2;
- xiii. Diligenciar, junto do NOSI e outras instituições competentes, para que as instituições envolvidas no processo tenham respostas em tempo útil face aos constrangimentos encontradas;
- xiv. Definir e fazer aprovar planos de contingência em caso de incidentes;
- xv. Promover a instalação e operacionalização de um balcão de atendimento do cadastro predial no Sal pelas diversas instituições envolvidas e nas demais ilhas alvos da operação;
- xvi. Assegurar, através do NOSI, a formação, instalação e operacionalidade do SIM 3.0 para as ilhas alvo do projeto e, posteriormente, para todas as restantes ilhas do País;
- xvii. Fomentar diálogos permanentes e proporcionar espaços para a troca de experiências e gestão de conhecimento entre as instituições envolvidas e várias entidades executantes;
- xviii. Garantir a transferência da administração e gestão da base de dados do LMITS 2 do NOSI para as entidades competentes em razão da matéria, estudar e apresentar uma proposta para decisão urgente do Governo, de como serão rateados os custos e as receitas da execução do cadastro predial por cada uma das instituições envolvidas no processo; e
- xix. Zelar para que o NOSI resolva, em tempo útil, todas as questões técnicas que necessitam de uma tomada de decisão para o bom funcionamento do processo;
- xx. Trabalhar com o NOSI e instituições envolvidas para a definição de procedimentos e responsabilidades para a gestão e transformação dos prédios em situação de cadastro diferido que não tenham sido convertidos pelas Entidades Executantes contratadas no âmbito do MCA-CV II.

3. O disposto no número anterior, aplica-se sem prejuízo do cumprimento, por parte do NOSI, das suas obrigações contratuais, enquanto entidade contratada pelo MCA CV II para conceber e operacionalizar o LMITS 1 e LMITS 2, incluindo instalação e formação dos utilizadores e responsáveis dos serviços competentes.

4. A equipa de trabalho é constituída por um representante de cada uma das seguintes instituições:

- i. Conselho de administração do Instituto Nacional de Gestão do Território;
- ii. Directora Geral dos Registos, Notariado e Identificação.
- iii. Câmara Municipal do Sal;

- iv. Câmara Municipal do Maio;
- v. Câmara Municipal da Boavista;
- vi. Câmara Municipal de São Vicente;
- vii. Associação Nacional dos Municípios;
- viii. Directora Geral da Contratação Pública e Património do Estado;
- ix. Núcleo Operacional da Sociedade de Informação, E.P.E;
- x. Unidade de gestão do Millennium Challenge Account – Cabo Verde II;
- xi. Millennium Challenge Corporation;
- xii. Representantes de outras entidades públicas ou privadas, que poderão ser convidadas a participar nas reuniões da Equipa de trabalho do LMITS2, sem direito a voto.

5. A equipa de trabalho será coordenada pelo representante do Conselho de Administração do Instituto Nacional de Gestão do Território, o qual compete, designadamente, o seguinte:

- i) Convocar e presidir as reuniões;
- ii) Submeter à plenária as propostas para a implementação das suas competências;
- iii) Assegurar a elaboração de um plano de atividades e a sua efetiva implementação de acordo com as prioridades.

6. A equipa deverá ter, no mínimo, uma reunião semanal ou reunir extraordinariamente sempre que necessário, devendo elaborar as respetivas atas Equipa de Trabalho terá um Secretário, a indicar pelo INGT, a quem compete secretariar e lavrar as atas das reuniões.

7. Semanalmente o Coordenador apresentará ao Governo um relatório síntese das questões abordadas e as respetivas conclusões, bem como as recomendações, anexando as atas de todas as reuniões efetuadas.

8. Até 1 de Novembro de 2017, a equipa deverá apresentar o relatório final com todas as sugestões e medidas que satisfaçam os propósitos do presente Despacho.

9. A Equipa funciona até finais de Novembro de 2017, podendo continuar as suas funções para além desta data, se tal se mostrar necessário.

Gabinete dos Ministros das Finanças, da Justiça e do Trabalho, e das Infra-estruturas, do Ordenamento do Território e Habitação, na da Praia, aos 20 de Fevereiro de 2017. – Os Ministros, *Olavo Correia - Janine Lélis - Eunice Andrade da Silva Spencer Lopes*

—oço—

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

Direcção-Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão

Extracto de despacho conjunto nº 244/2017 – De S. Ex^a o Ministro das Finanças e S. Ex^a a Ministra da Educação:

De 30 de Janeiro de 2017:

Alcídia Elisângela Dias de Almeida, quadro do Ministério da Educação, licenciada em ciências da educação – nomeada para em comissão ordinária de serviço em regime de substituição para exercer o cargo de Directora de Serviço dos Recursos Humanos da Direcção Nacional da Administração Pública do Ministério das Finanças, nos termos do artigo 33º do Decreto-Lei nº 59/2014, de 4 de novembro, com efeitos a partir da data de publicação.

Extracto de despacho nº 245/2017 – De S. Ex^a o Ministro das Finanças:

De 26 de janeiro de 2017:

É nomeada Fausta Montrond Nunes, em comissão de serviço, para exercer as funções de secretária do S. Ex^a o Ministro das Finanças,

nos termos dos artigos 3.º e 4.º do Decreto-Lei n.º 49/2014, de 10 de setembro, artigo 97.º da Lei n.º 42/VII/2009, de 27 de julho, alterado pela Lei n.º 1/IX/2016, de 11 de agosto, conjugado com a alínea *b*) do artigo 14.º da Lei n.º 102/IV/93, de 31 de dezembro, com efeitos a partir do dia 1 de janeiro de 2017.

Extracto de despacho n.º 246/2017 – De S. Ex.ª o Ministro das Finanças:

De 16 de Fevereiro de 2017:

É autorizada Maria de Fátima Correia, apoio operacional AOI/2, da Direção Geral das Alfândegas, da Direção Nacional de Receitas do Estado (DNRE), do Ministério das Finanças, 30 dias de licença sem retribuição, ao abrigo do artigo 192.º, do Decreto-Lei n.º 5/2007, de 18 de outubro, com efeitos a partir do dia 3 de março de 2017.

Comunicação n.º 5/2017

A Direção Nacional da Administração Pública, comunica a todos os candidatos ao concurso para recrutamento de 1 (um) técnico nível I, do Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica, cujo teste foi realizado no dia 7 de fevereiro de 2017, que nenhum candidato ficou aprovado.

Assim, de acordo com o n.º 2 do artigo 43.º do Decreto-Lei n.º 38/2015, de 29 de julho, o referido concurso foi cancelado.

Direção Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão, do Ministério das Finanças, na Praia, aos 23 de fevereiro de 2017. – A Directora Geral, *Jessica Sancha*.

—o—

MINISTÉRIO DA ECONOMIA E EMPREGO

Gabinete do Ministro

Despacho n.º 10/2017

Tendo por base:

O Decreto Regulamentar n.º 35/2014, de 5 de dezembro, que aprova os Estatutos do Instituto de Gestão da Qualidade e da Propriedade Intelectual (IGQPI) e que lhe confere atribuições legais enquanto organismo nacional coordenador do Sistema Nacional da Qualidade de Cabo Verde (SNQC), e dos seus subsistemas da normalização, metrologia, de acreditação e avaliação da conformidade;

A Resolução n.º 55/2015, de 23 de junho, que aprova a Política Nacional da Qualidade;

O Ato adicional A/SA.1/02/13 referente à adoção da Política da Qualidade da CEDEAO (ECOQUAL) e do seu quadro de implementação;

A necessidade de desenvolver uma cultura da qualidade em benefício do setor privado, de modo a mitigar o défice da qualidade dos produtos e serviços que constitui um dos maiores obstáculos à participação dos Estados membros da região da África Ocidental no comércio mundial;

A adoção em 2013 a nível regional do Regulamento C/REG.17/12/13 que aprova as normas da organização do Prémio da Qualidade da CEDEAO e que designa o IGQPI enquanto Estrutura Nacional Responsável pela Gestão e organização do Prémio a nível de Cabo Verde;

Que a organização do Prémio da Qualidade a nível Nacional visa essencialmente promover a qualidade e contribuir para a consolidação de uma infraestrutura da qualidade reconhecida no plano nacional, regional e internacional;

Que a realização do Prémio da Qualidade a nível Nacional permite selecionar a empresa/organização que representará Cabo Verde no Prémio da Qualidade da CEDEAO que visa premiar as melhores organizações da região e recompensar o esforço desenvolvido a nível nacional no domínio da qualidade.

Assim,

Sob a proposta do Presidente do Instituto de Gestão da Qualidade e da Propriedade Intelectual, determino o seguinte:

1. É criado junto do Ministro da Economia e do Emprego um Júri da 1.ª edição do Prémio Nacional da Qualidade

2. Compete ao Júri:

- a) Estabelecimento da lista oficial dos candidatos;
- b) Seleção e mandato oficial dos auditores;
- c) Seleção das organizações a premiar com base nos relatórios de auditoria elaborados pelos auditores;

3. O Júri é composto por:

- a) **Presidente:** Conselho Superior das Câmaras de Comercio;
- b) **Vice-presidente:** O representante da Direção Geral de Indústria e Comércio;
- c) **Membros:**

- Um representante da Associação para Defesa do Consumidor (ADECO);

- Dois representantes do Instituto de Gestão da Qualidade e da Propriedade Intelectual;

O Júri poderá, se necessário, convidar qualquer pessoa que considere competente e útil para o cumprimento da sua missão.

4. O Júri reúne-se sob convocatória do seu Presidente, cuja agenda da ordem do dia tenha sido dado prévio conhecimento aos respetivos membros. Todos os membros do júri são obrigados a participar nas reuniões convocadas pelo presidente ou enviar as suas opiniões. Qualquer ausência de reuniões e/ou de envio de opiniões em 3 (três) reuniões consecutivas leva ao cancelamento automático da adesão do respetivo membro.

5. O Júri pode deliberar validamente, quando dois terços dos seus membros estiverem presentes:

- a) As Deliberações do Júri são tomadas à porta fechada;
- b) As decisões do Júri são soberanas e conclusivas e são tomadas por maioria simples das opiniões expressas;
- c) O Júri poderá, se o considerar necessário, pedir aos Auditores-avaliadores, a repetição de parte da auditoria realizadas às organizações candidatas; neste caso, o mandato é dado a uma equipa de auditores-avaliadores para executar a auditoria complementar;
- d) O Júri gere as reivindicações e reclamações.

6. A confidencialidade das deliberações do Júri assim como os documentos ou produtos fornecidos pelas empresas no quadro destes trabalhos é garantido por todos os membros do Júri e outras pessoas envolvidas no trabalho do Júri. Para garantir a confidencialidade, cada membro do Júri assina um “Termo de Confidencialidade”.

7. O presente despacho produz efeitos a partir da data da sua assinatura.

8. O Presidente do Instituto de Gestão da Qualidade e da Propriedade Intelectual é responsável pela execução do presente despacho.

Gabinete do Ministro da Economia e do Emprego, na Praia, aos 22 de fevereiro de 2017. – O Ministro, *José da Silva Gonçalves*. Ministro

Despacho n.º 11/2017

Tendo por base:

O Decreto Regulamentar n.º 35/2014, de 5 de dezembro, que aprova os Estatutos do Instituto de Gestão da Qualidade e da Propriedade Intelectual (IGQPI) e que lhe confere atribuições legais enquanto organismo nacional coordenador do Sistema Nacional da Qualidade de Cabo Verde (SNQC), e dos seus subsistemas da normalização, metrologia, de acreditação e avaliação da conformidade;

A Resolução n.º 55/2015, de 23 de junho, que aprova a Política Nacional da Qualidade;

O Ato adicional A/SA.1/02/13 referente à adoção da Política da Qualidade da CEDEAO (ECOQUAL) e do seu quadro de implementação;

A necessidade de desenvolver uma cultura da qualidade em benefício do setor privado, de modo a mitigar o défice da qualidade dos produtos e serviços que constitui um dos maiores obstáculos à participação dos Estados membros da região da África Ocidental no comércio mundial;

A adoção em 2013, a nível regional, do Regulamento C/REG.17/12/13 que aprova as normas da organização do Prémio da Qualidade da CEDEAO e que designa o IGQPI enquanto Estrutura Nacional Responsável pela Gestão e organização do referido Prémio a nível nacional;

Que a organização do Prémio da Qualidade a nível Nacional visa essencialmente promover a qualidade e contribuir para a consolidação de uma infraestrutura da qualidade reconhecida no plano nacional, regional e internacional;

Que a realização do Prémio da Qualidade a nível Nacional permite selecionar a empresa/organização que representará Cabo Verde no Prémio da Qualidade da região económica da CEDEAO que visa premiar as melhores organizações da região e recompensar o esforço desenvolvido a nível nacional no domínio da qualidade.

Assim,

Sob proposta do Presidente do Instituto de Gestão da Qualidade e da Propriedade Intelectual, determino o seguinte:

1. É criado junto do Ministro da Economia e do Emprego, a Comissão Organizadora da 1ª edição do Prémio Nacional da Qualidade.

2. Compete à comissão organizadora, a coordenação e acompanhamento de todas as ações tomadas pelo Secretariado Técnico. A comissão organizadora tem as seguintes atribuições:

- a) Validar o lançamento do prémio;
- b) Procurar financiamentos e mobilizar os parceiros;
- c) Organização material do Prémio;
- d) Comunicar e promover o Prémio;
- e) Validar o recrutamento e organização da formação dos auditores;
- f) Validar a organização da cerimónia oficial de entrega dos prémios;
- g) Planificar as atividades;
- h) Aprovar o orçamento;
- i) Estabelecer a lista das organizações candidatas;
- j) Estabelecer a lista dos auditores qualificados propostos pelo Secretariado Técnico;
- k) Organizar a entrega dos Prémios;
- l) Validar o regulamento geral do Prémio.

3. A comissão de organização é composta por:

- a) **Presidente:** Presidente do Instituto de Gestão da Qualidade e da Propriedade Intelectual;
- b) **Vice-presidente:** O Presidente do Conselho Superior das Câmaras de Comercio;
- c) **Secretário:** O Secretariado Técnico do Prémio é assegurado pelo Instituto de Gestão da Qualidade e da Propriedade Intelectual.
- d) **Membros:**
 - Um representante do Primeiro Ministro;
 - Um representante do Ministério da Economia e do Emprego;
 - Um representante do Ministério dos Negócios Estrangeiros e Comunidades;

- Um representante do Ministério da Cultura e Indústrias Criativas;
- Um representante do Ministério da Saúde e da Segurança Social;
- Um representante do Ministério da Agricultura e Ambiente;
- Um representante da Associação Cabo-verdiana da Qualidade;
- Um representante da Câmara de Turismo de Cabo Verde;
- Um representante da Cabo Verde TradeInvest;
- Um representante da Agência para o Desenvolvimento Empresarial e Inovação;
- Um representante da ADECO;
- Um representante do Ministério Público.

e) **Parceiros Técnicos e Financeiros:**

- Ministério da Economia e do Emprego;
- Banco Africano de Desenvolvimento (BAD);
- União Europeia (UE);
- Nações Unidas.

4. A comissão organizadora reúne-se sob convocatória do seu Presidente ou a pedido de dois terços dos seus membros. Ela submete relatórios periódicos ao Ministro da Economia e do Emprego.

A comissão organizadora pode deliberar validamente com maioria simples dos membros presentes. Para garantir a confidencialidade das deliberações, cada membro da comissão organizadora deve assinar um “Termo de Confidencialidade”. O mesmo procedimento é exigido a qualquer pessoa envolvida nos trabalhos da comissão. Em caso de impedimento de um membro da comissão organizadora, este pode delegar poderes a um membro da comissão para o representar.

5. A comissão organizadora deve elaborar o orçamento geral da organização da 1ª edição do Prémio Nacional da Qualidade e submetê-lo à aprovação do Ministro da Economia e Emprego.

6. A comissão organizadora tem um prazo máximo de dois (2) meses a contar da data da celebração da cerimónia de entrega dos prémios aos laureados da 1ª edição do Prémio Nacional da Qualidade, para apresentar o seu relatório geral.

7. O presente despacho produz efeitos a partir da data da sua assinatura.

8. O Presidente do Instituto de Gestão da Qualidade e da Propriedade Intelectual é responsável pela execução do presente despacho.

Gabinete do Ministro da Economia e do Emprego, na Praia, aos 22 de fevereiro de 2017. – O Ministro, *José da Silva Gonçalves*

Direção Geral do Planeamento,
Orçamento e Gestão

Extracto de despacho nº 247/2017 – De S. Ex^a o Ministro da Economia e Emprego:

De 20 de fevereiro de 2017:

É dada por finda, a seu pedido, a comissão ordinária de serviço de Júlio António Tavares Lopes, no cargo de Director de Serviço, da Inspeção Geral das Actividades Económicas, com efeitos a partir 1 de março de 2017.

Direção-Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão do Ministério da Economia e Emprego, na Praia, aos 23 de fevereiro de 2017. – A Directora de Serviço p/s, *Juliana Carvalho*.

**MINISTÉRIO
DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA**

Direcção Nacional da Polícia Nacional

Extracto de despacho nº 248/2017 – De S. Ex^a o Ministro da Administração Interna:

De 19 de dezembro de 2016:

Manuel Nunes Andrade, agente da primeira classe da Polícia Nacional, na situação de licença sem vencimento de longa duração, foi autorizado o regresso ao serviço, ao abrigo do disposto no artigo 53º, do Decreto-lei nº 3/2010, de 8 de março, com efeitos a partir da sua publicação no *Boletim Oficial*.

Extracto de despacho nº 249/2017 – De S. Ex^a o Ministro da Administração Interna:

De 24 janeiro de 2017:

Celso Amado da Silva, apoio operacional nível I da Polícia Nacional, na situação de licença sem vencimento, foi deferido o pedido de regresso antecipado ao serviço, ao abrigo do nº 4 do artigo 46º, conjugado com o nº 3 do artigo 48º, ambos do Decreto-lei nº 3/2010, de 8 de março, com efeitos imediatos.

Extracto de despacho nº 250/2017 – De S. Ex^a o Ministro da Administração Interna:

De 9 de fevereiro de 2017:

Ao abrigo do nº 2 do artigo 38º, do Regulamento Disciplinar do Pessoal Policial da Polícia Nacional, aprovado pelo Decreto-Legislativo nº 9/2010, de 28 de setembro, foi aplicado ao arguido Jair Delgado Duzenta, 1º subchefe da Polícia Nacional, a pena de demissão, por abandono de lugar, desde o dia 2 de junho de 2015, até a presente data.

Extracto de despacho nº 251/2017 – Do Director Nacional da Polícia Nacional:

De 6 de fevereiro de 2017:

Adilson Jorge Vieira Tavares, agente da 1ª classe da Polícia Nacional, efectivo do Comando das Unidades Especiais, foi concedido licença sem vencimento por um período de 90 (noventa) dias, ao abrigo do disposto no nº 1 do artigo 46º, do Decreto-lei nº 3/2010, de 8 de março, com efeitos a partir de 1 de maio do corrente ano.

Divisão de Administração e Recursos Humanos da Polícia Nacional, na Praia, aos 22 de fevereiro de 2017. – O Chefe da Divisão, *João Pedro Tavares Delgado*.

—o—

MINISTÉRIO DA DEFESA

Estado Maior das Forças Armadas

Extracto de despacho nº 252/2017 – De S. Ex^a o Chefe do Estado Maior das Forças Armadas:

De 24 de janeiro de 2017:

João José da Cruz Tavares Lopes, tenente-coronel na reserva, enquadrado no nível I, que corresponde ao índice 970 – transita para a situação de reforma ao abrigo na alínea *b*) do nº 1 do artigo 236º e em conformidade com o disposto nos artigos 10º (enquadramento por níveis), 168º e 169º, dos Estatutos dos Militares, aprovados pelo Decreto-Legislativo nº 2/2012, de 15 de novembro, com direito à pensão anual no valor de 1.744.020\$00 (um milhão, setecentos e quarenta e quatro mil e vinte escudos).

A despesa tem cabimento na dotação inscrita no Capítulo 35.20, Divisão 4ª, Código 02.07.01.01.01 do Orçamento para o ano de 2016. – (Visado pelo Tribunal de Contas, em 15 de fevereiro de 2017).

Comando do Pessoal das Forças Armadas, na Praia, aos 21 de fevereiro de 2017. – O Comandante, *António Jorge Silva Rocha*

**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E TRABALHO
E MINISTÉRIO DAS INFRAESTRUTURAS,
ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO
E HABITAÇÃO**

Gabinete das Ministras

Despacho conjunto nº 17/2017:

No âmbito do Projeto de Gestão da Propriedade para a Promoção do Investimento” (LMIP), decore a operação sistemática de execução do cadastro predial, financiado pelo Governo Americano, através do segundo compacto do *Millennium Challenge Corporation* (MCC), a sua implementação compete ao *Millennium Challenge Account* – Cabo Verde II (MCA-CV II).

A experiência piloto do trabalho de execução do cadastro predial iniciou-se na ilha do Sal, em Abril de 2015, precisamente por causa do seu elevado potencial de investimento, e posteriormente avançou para as outras ilhas contempladas no projeto.

O Instituto de Gestão do Território (INGT), serviço central responsável pelo cadastro, acaba de comunicar, pelos meios previstos na lei, a conclusão da operação de execução do cadastro na ilha do Sal, incluindo a delimitação da área cadastrada, conforme prevê o nº 1 do artigo 30º do Decreto-Regulamentar nº 28/2014, de 22 de Outubro.

Um dos objetivos da referida operação cadastral é tornar efetiva a obrigatoriedade do registo predial, tal como exige o artigo 4º do Decreto-Lei nº 10/2010, de 29 de Março, que aprova o Código do Registo Predial, o que pressupõe que, nos termos da lei, seja declarado, pelo Governo, estabelecido o correspondente cadastro predial na ilha.

Por outro lado, o regime jurídico do cadastro predial, aprovado através do Decreto-Lei nº 29/2009, de 17 de Agosto, alterado pelo Decreto-Lei nº 45/2014 de 20 de Agosto, institui a Certidão de Identificação Predial (CIP) que, a partir da execução do cadastro predial e consequente implementação do registo predial obrigatório, passará a concentrar todas as informações dos prédios cadastrados, substituindo, desta forma, a certidão matricial, emitida pelas Câmaras Municipais, e, por outro lado, a certidão predial, da competência das Conservatórias do Registo Predial.

Nestes termos,

No uso da competência conferida pelo nº 2 do artigo 4º do Decreto-Lei nº 10/2010, de 29 de Março e o nº 2 do artigo 30º do Decreto-Regulamentar nº 28/2014, de 22 de Outubro;

Manda o Governo de Cabo Verde, através das Ministras das Infra-Estruturas, Ordenamento do Território, e Habitação e da Justiça e Trabalho, o seguinte:

1. É declarado estabelecido a operação de execução do cadastro predial da Ilha do Sal.

2. O disposto no número anterior torna efetiva a obrigatoriedade do registo predial na ilha do Sal, ao abrigo do nº 2 do artigo 4º do Decreto-Lei nº 10/2010, de 29 de Março, que aprova o Código do Registo Predial, alterado pelo Decreto-Lei nº 45/2014 de 20 de Agosto de 2014.

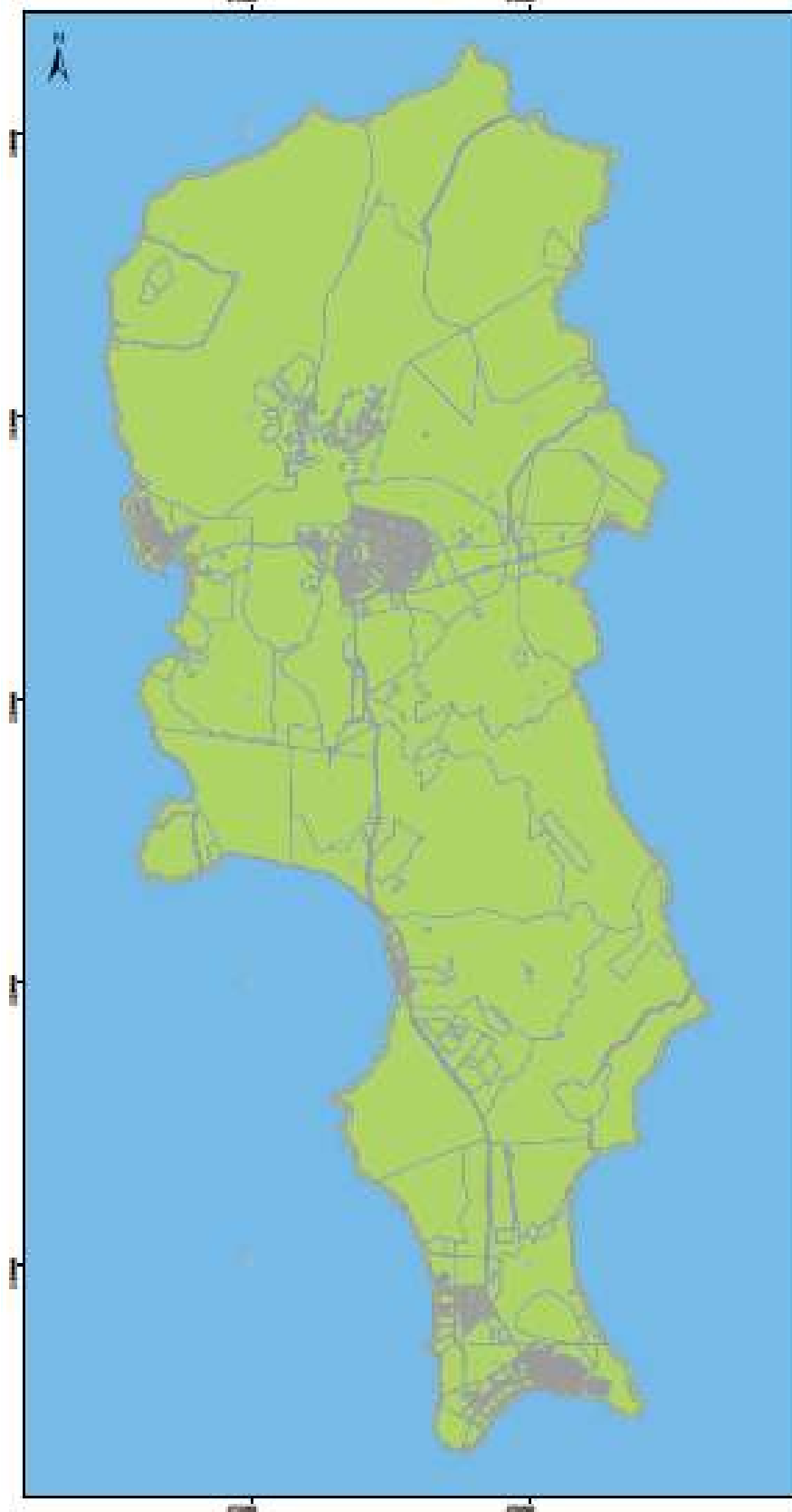
3. A área cadastrada que corresponde a totalidade da Ilha e Concelho do Sal, tem uma extensão territorial de 219.406.476,18m2, cuja a delimitação consta em anexo ao presente Despacho, dele fazendo parte integrante.

4. O presente despacho entra em vigor a partir do dia 24 de Fevereiro de 2017.

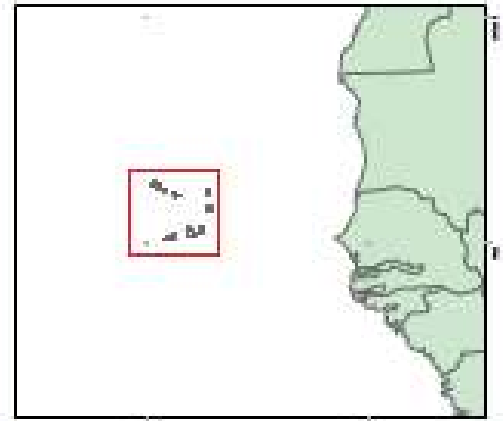
Gabinete dos Ministros das Infra-estruturas, do Ordenamento do Território e Habitação, da Justiça e Trabalho, na Praia, aos 20 de Fevereiro de 2017. – As Ministras, *Janine Tatiana Santos Lélis - Eunice Andrade da Silva Spencer Lopes*

ANEXO
(a que se refere o artigo 2.º)

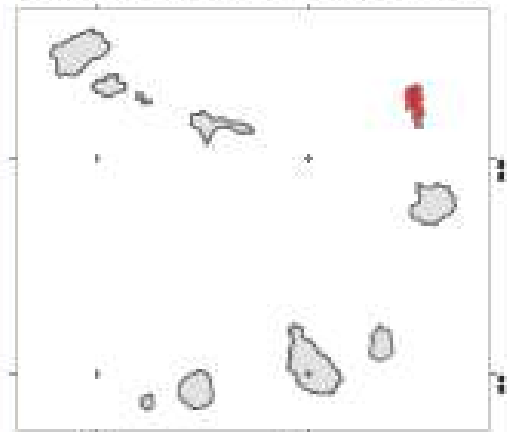
**PLANTA DA DELIMITAÇÃO DA ÁREA CADASTRADA
ILHA DO SAL**



Enquadramento das Ilhas



Enquadramento da Ilha do Sal



Legenda

Áreas Cadastradas

INFORMAÇÕES TÉCNICAS	
SISTEMA DE PROJEÇÃO	Coordenadas Geográficas
SISTEMA DE REFERÊNCIA	WGS 1984 (datum: Zambou-Ar)
ESCALA	1:1000
Elaborado pela Direção Distrital do DRC	



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Extrato de despacho nº 255/2017 – De S. Ex^a a Ministra da Educação:

De 26 de Janeiro de 2017:

Serviço de Gestão de Recursos Humanos

Extrato de despacho conjunto nº 253/2017 – De S. Ex^a a Ministra da Educação e o Presidente da Câmara Municipal de São Lourenço dos Órgãos:

De 22 de dezembro de 2016:

Valdano Paulo Cabral Furtado, professor do ensino secundário, nível I, pessoal do quadro da Escola Secundária Luciano Garcia, requisitado, nos termos do artigo 8º do Decreto-Lei n.º 54/2009, de 7 de dezembro, conjugado com o artigo 88º da Lei n.º 134/IV/95, de 3 de julho e n.º 2 artigo 2º do Estatuto dos Eleitos Municipais, aprovado pela Lei n.º 14/91, de 30 de dezembro, para em comissão ordinária de serviço, exercer as funções de vereador profissionalizado a tempo inteiro na Câmara Municipal de São Lourenço dos Órgãos, com efeitos a partir do início de funções.

Encargos financeiros correspondentes serão suportados pelo serviço de destino “Câmara Municipal de São Lourenço dos Órgãos.”

Extrato de despacho conjunto nº 254/2017 – De S. Ex^a a Ministra da Educação e o Presidente da Câmara Municipal do Tarrafal:

De 22 de dezembro de 2016:

Eva Gomes Mendes Lopes Varela, professora do ensino básico, nível I, quadro de pessoal da Delegação do Ministério da Educação do Tarrafal, requisitada, nos termos do artigo 8º do Decreto-Lei n.º 54/2009, de 7 de Dezembro, conjugado com o artigo 88º da Lei n.º 134/IV/95, de 3 de Julho e n.º 2 artigo 2º do Estatuto dos Eleitos Municipais, aprovado pela Lei n.º 14/91, de 30 de Dezembro, para em comissão ordinária de serviço, exercer as funções de vereadora profissionalizado a tempo inteiro na Câmara Municipal do Tarrafal, com efeitos a partir do início de funções.

Os encargos financeiros correspondentes serão suportados pelo serviço de destino “Câmara Municipal do Tarrafal de Santiago”.

Octávio Vladimir Mendes Semedo, professor do ensino secundário assistente, nível II, pessoal do quadro da Escola Secundária Achada Grande, concedida licença sem vencimento por um período de (1) um ano, com efeitos a partir de 2 de janeiro de 2017, nos termos dos artigos 48º e 49º do Decreto-Lei n.º 3/2010, de 8 de março, conjugado com o n.º 1 do artigo 64º do Decreto-legislativo n.º 69/2015, de 12 de dezembro.

Manuel Socorro Fonseca da Silva, professor do ensino básico assistente, nível I, pessoal do quadro da Delegação do Ministério da Educação do Concelho de São Filipe, na situação de licença sem vencimento, desde 4 de janeiro de 2016, prorrogada a referida licença por um período de (1) um ano, com efeitos a partir de 1 de janeiro de 2017, nos termos dos artigos 48º e 49º do Decreto-Lei n.º 3/2010, de 8 de março, conjugado com o n.º 1 do artigo 64º do Decreto-legislativo n.º 69/2015 de 12 de Dezembro.

Eurides de Jesus Garcia Gonçalves, monitor especial, referência 5, escalão C, em exercício de funções no Liceu Amílcar Cabral, concedida rescisão do contrato nos termos da alínea c) do artigo 29º da lei n.º 102/IV/93, de 10 de janeiro, com efeitos imediatos.

Extrato de despacho nº 256/2017 – De S. Ex^a a Ministra da Educação:

De 27 de Janeiro de 2017:

São transferidos, nos termos do artigo 5º do Decreto-Lei n.º 54/2009, de 7 de dezembro, a pedido dos mesmos, das Delegações e Escolas Secundárias a seguir indicadas, os docentes adiante discriminados para os destinos que se seguem na lista devidamente homologada pela S. Ex^a a Ministra da Educação:

Nº	Nome	Cargo	Del./Esc. Origem	Del./Esc. Destino	Disciplina	Razões
1	Adalgisa dos Reis Delgado	PES I	ES A. N. Fernandes	ES C. Jacinto	L. Portuguesa	Saúde
2	Adilson Ivo Lopes Tavares Correia	PEB Ass. II	Del. Praia	Del. S. Miguel	EB	Profissionais
3	Adriene Pires Fernandes Moreira	PEB I	Del. S. Filipe	Del. Praia	EB	Familiares
4	Aidil Celcia Brito Andrade	PES Ass. II	ES Chao Bom	LAC	Informatica	Familiares
5	Alcione Marina Leite Gomes	PEB I	Del. B. Vista	Del. P. Novo	EB	Familiares
6	Alessandra Lopes Ribeiro Rodrigues	PES I	Del. S. Filipe	Del. Praia	EB	Familiares
7	Ana Cristina Ramos Ferreira de Barros	PES Ass. II	LLL	E. A. Deus	L. Portuguesa	Familiares
8	Ana Simone Brito Pereira Benrós	PES Ass. II	ES H. Silver	ES A. S. Pinto	Francês	Familiares
9	Andrea de Jesus Tavares Semedo	PES Ass. I	ES C. A. Gonçalves	ET GDH	Informática	Saúde
10	Anildo de Jesus Gomes de Carvalho	ME	ES C. A. Gonçalves	ET GDH	L. Portuguesa	Excedente
11	Anilsa Barros Martins	PES I	ES B. Vista	ES O. Tavares	L. Portuguesa	Saúde
12	Arlete Joana Pires dos Reis	PEB Ass. I	Del. Mosteiros	Del. S. Vicente	EB	Saúde
13	Arminda Silva Sousa	PEB Ass. I	Del. P. Novo	Del. S. Vicente	EB	Familiares
14	Áurea Milena Pereira Monteiro	PEB I	Del. Mosteiros	Del. Praia	EB	Familiares
15	Cacilda Ramos Monteiro Lopes	PEB Ass. I	Del. Praia	Del. Tarrafal	EB	Familiares
16	Carlos do Rosário Lopes da Costa	PES I	ES O. Tavares	ES Salineiro	Biologia	Familiares
17	Carmen Leonela de Melo Alves Andrade	PES I	LAC	ES P. Gomes	CN/CTV	Familiares
18	Catarina Monteiro de Brito	PES I	ES C. Figueira	ES P. V. Pires	Francês	Familiares
19	Celestino Sanches Furtado	PES I	ES A.N. Fernandes	ES F. Tavares	Francês	Familiares
20	Celina Silva Rodrigues Monteiro	PES I	ES Mosteiros	LAC	Inglês	Familiares
21	Celmira Fernandes Ribeiro	PES I	ES H. Silver	ET G.D.Henri	História/CCV	Familiares
22	Cilene Sofia Rocha Gomes Fortes	PES I	ES H. Silver	Del. S. Vicente	Ed. Artística	Saúde

Nº	Nome	Cargo	Del./Esc. Origem	Del./Esc. Destino	Disciplina	Razões
23	Clara Santos Chantre	PES I	Del. S. Vicente - E. Recorrente	E. Salesiana A. Oficinos	Inglês	Excedente
24	Cláudia Ferreira Fortes	PES I	ES A. Grande	LLL	História	Familiars
25	Denise Irine da Cruz Fortes	PEB I	Del. Sal	Del. S. Vicente	EB	Saúde
26	Deolinda Almeida da Conceição Pereira Soares	PP	Del. S. Nicolau	Del. Praia	EB	Familiars
27	Deolinda Monteiro Moreira	PEB Ass. I	S. Catarina - Santiago	S. S. do Mundo	EB	Familiars
28	Deolinda Rocha dos Santos Andrade	PEB I	Del. S. Nicolau	Del. S. Vicente	EB	Familiars
29	Diliana Delgado da Cruz Prudêncio	PES I	ES B. Lopes	S. Antão	L. Portuguesa	Saúde
30	Dilma Gonçalves Correia	PES I	ES Baltazar L. Silva	LAC	Francês	Saúde
31	Djanira Ferreira Bento	PES I	ES O. Tavares	ES L. Garcia	Português	Familiars
32	Domingos Florentino Rodrigues	PEB Ass. I	Del. P. Novo	Del. S. Vicente	EB	Familiars
33	Dulcelina Cardoso Tavares da Silva	PEB Ass. I	Del. Sal	Del. S. Domingos	EB	Familiars
34	Dulcelina Rocha Varela Fernandes	PES I	Del São Filipe	Del. S. S. do Mundo	EB	Saúde
35	Éder António Ribeiro Varela	PES Ass. II	ES Tarrafal	ES C. A. Gonçalves	Física	Saúde
36	Edna Celina Monteiro Moreira	PEB Ass. I	Del. Mosteiros	Del. S. S. do Mundo	EB	Familiars
37	Edson Alberto Ribeiro Mendes	PEB Ass. I	S. Catarina - Fogo	Del. S. Filipe	EB	Familiars
38	Elisabete de Fátima Monteiro Gonçalves	PES I	ET G.D.Henri	ESP. C. Ramos	Ed. Artística	Saúde
39	Eloisa Sanches Pereira	PEB Ass. I	Del. Maio	Del. S. Filipe	EB	Excedente
40	Elsa Maria da Cruz Fortes	PEB Ass. I	Del. Sal	Del. S. Vicente	EB	Saúde
41	Elsa Natalina Lima do Rosário Delgado	PEB ass. I	Del. S. Nicolau	Del. S. Vicente	EB	Saúde
42	Elton Jorge Sousa Fonseca	PEB I	Del. C. Figueira	ES C. Figueira	EB	Estudos
43	Elvis Francisco Cabral de Pina	PES Ass. II	ES J. Leite	LAC	Física/Química	Saúde
44	Estevão Catarino Dinis Sanches	PES I	ES O. Tavares	ES A. C. Silva	Filosofia	Familiars
45	Eunice de Jesus Mendonça Cabral	PES Ass. II	ES H. Silver	ES. Teixeira de Sousa	Biologia/CN	Excedente
46	Eunice Sanches Correia	PES I	ES A. N. Fernandes	ES Tarrafal	L. Portuguesa	Familiars
47	Eurizanda Andrade Évora	PEB Ass. I	Del. Sal	Del. S. Vicente	EB	Saúde
48	Evanilda Furtado Soares	PES II	ES O. Tavares	ES Salineiro	L. Portuguesa	Familiars
49	Fernanda Delgado Conceição	PEB Ass. I	Del. Tarrafal Santiago	Del. S. Catarina - Santiago	EB	Familiars
50	Filomena Borges Lopes dos Santos	PES Ass. II	ES B. Lopes	ET G.D.Henri	E. Física	Familiars
51	Florizandra Delgado Porto Barros	PEB Ass. I	Del. S. Nicolau	Del. Praia	EB	Familiars
52	Fredilson Duarte Lopes	PES Ass. I	ET João Varela	ES J. A. pinto	Matemática	Saúde
53	Gabriela do Rosário Rodrigues Gomes Brito	PES I	Del. SV - E. recorrente	E. Salesiana A. Oficinos	História	Excedente
54	Heidy Mara Duarte Monteiro	PES Ass. I	ES B. Lopes	ES P. C. Azevedo	Físico-Química	Familiars
55	Hélida Sofia Baessa Moreira	PES Ass. I	CE M. A. Martins	ES S. Miguel	C. Naturais	Saúde
56	Idelqueissa de Jesus Tavares de Oliveira	PES I	ES. Olavo Moniz	ES P. Gomes	Biologia	Saúde
57	Ivanilda Lopes Coronel	PEB Ass. I	Del. B. Vista	Del. S. Vicente	EB	Familiars
58	Ivanilda Lopes Monteiro	PEB Ass. I	Del. Sal	Del. S. Vicente	EB	Saúde
59	Ivanilda Tavares Cabral	PES Ass. II	Del. Tarrafal Santiago	Del. Praia	EB	Familiars
60	Ivanilda Vaz Barbosa	PEB Ass. I	Del. São Filipe	Del. Santa Cruz	EB	Familiars
61	Izilena Rodrigues Furtado	PEB I	Del. Brava	Del. Mosteiros	EB	Saúde
62	Jadilson Sequeira Centeio	PES I	ES Tarrafal	ES A. Duarte	Física/Des/Mat	Familiars
63	Janilson Edmar Barros Varela Silves	PES Ass. II	ET G.D.Henri	ES A. Grande	Ed. Artística	Familiars
64	Jeremias Mendes Vaz Fernandes	PES I	ES dos Mosteiros	Del. S. Vicente	L. Portuguesa	Familiars
65	Jerónima Gonçalves Ribeiro	PES I	CE Miraflores	ES P. Gomes	Matemática	Familiars
66	Joana dos Anjos Neves	PEB I	Del. Praia	Del. S. Vicente	EB	Familiars
67	Joana Sousa Neves	PEB Ass. I	Del. Maio	Del. S. Filipe	EB	Familiars
68	João Baptista Gomes	PEB Ass. I	Círculo Cultura - Sal	Del. Sal	EB	Excedente
69	João Lopes Tavares	PES I	ES S. Miguel	ES M. Lopes	História	Familiars
70	José Lopes Galvão Fernandes	PEB I	S. Catarina - Fogo	S. Filipe - Fogo	EB	Familiars

Nº	Nome	Cargo	Del./Esc. Origem	Del./Esc. Destino	Disciplina	Razões
71	Kátia Milene Lima	PES I	EICM	ES Mosteiros	Francês	Saúde
72	Laurinda Freire Semedo	PEB Ass. I	Del. S. Vicente	ES A. Deus	EB	Familiares
73	Leonor Gomes Furtado	PES III	ES Salineiro	LAC	Matemática	Excedente
74	Lourenço Galiano Évora	ME	Del. Porto Novo	Del. S. Vicente	EB	Saúde
75	Lúcia Aurora Marques Delgado	PES I	ES Mosteiros	EICM	Inglês	Saúde
76	Ludemila Patrícia Monteiro Silva	PES I	Del. S. Filipe	Del. S. Catarina- Santiago	EB	Familiares
77	Luna Elisabete do Rosário Ramos	PEB Ass. I	Del. S. Nicolau	Del. S. Vicente	EB	Saúde
78	Malvina dos Santos Lima Rocha	PES I	Del. P. novo	Del. R. Grande SA	EB	Familiares
79	Manuela Maria Alves Romão	PEB Ass. I	Del. S. Domingos	Del. Praia	EB	Saúde
80	Margarete de Jesus Gomes Tavares	PEB Ass. I	Del. Praia	Del. S. Miguel	EB	Familiares
81	Margarete de Jesus Moreno Baessa	PES I	ES Salineiro	Del. Praia	C. Naturais	Familiares
82	Maria Amélia Soares Gomes de Almeida	PEB Ass. I	Del. São Nicolau	Del. S. Miguel	EB	Familiares
83	Maria de Assunção Martins Vaz Andrade	PEB Ass. I	R. Grande Santiago	ES R. Silva	Ed. Artística	Familiares
84	Maria de Fátima Barros da Silva	PES I	CE Miraflores	ES C. A. Gonçalves	CTV	Excedente
85	Maria de Fátima Fonseca dos Reis	PES I	ES B. Lopes	ES A. S. Pinto	L. Portuguesa	Familiares
86	Maria de Jesus Mendes Duarte	PES I	ES O. Moniz	ES S. Miguel	Matemática	Familiares
87	Maria de Lourdes Moreno Correia	PES Ass. I	ESP P. C. Azevedo	ES O. Tavares	Físico-química	Saúde
88	Maria dos Anjos Neves Vezo	PES Ass. II	ES J. A. Pinto	ES T. Sousa	CTV	Familiares
89	Maria Eunice Mendes Silva	PES I	ES S. Miguel	LDR	EB	Excedente
90	Maria Filipa Fernandes Pereira Cardoso	PES I	LAC	ES T. Sousa - C. Grande	Química	Familiares
91	Maria Helena Delgado	PEB Ass. I	Del. São Nicolau	Del. São Vicente	EB	Familiares
92	Maria José Mendes de Pina	PES Ass II	ES Tarrafal	ES R. Silva	Francês	Familiares
93	Maria Paula Gomes Sanches	PEB Ass. I	Del. Mosteiros	Del. S. Miguel	EB	Saúde
94	Maria Salomé Mendes Furtado	PEB Ass. I	Del. Nicolau	Del. S. S. do Mundo	EB	Saúde
95	Maria Teresa Gomes Furtado	PEB Ass. I	Del. S. Catarina - Fogo	S.S. do Mundo	EB	Familiares
96	Marise da Conceição Gomes Torres	PES I	ES A. S. Pinto	ET G. D. Henri	Geografia	Saúde
97	Marly Cilene Delgado Gonçalves	PEB I	Del. S. Nicolau - Tarrafal	Del. S. Vicente	EB	Saúde
98	Mireida Miranda Gomes	PES I	ES Tarrafal	ES A. Duarte	Língua Portuguesa	Familiares
99	Nair de Jesus Costa Lopes	PES III	Complexo Educativo Manoel Antonio Martins	ET G. D. Henri	Físico - química	Saúde
100	Nicolau Garcia Monteiro	PES I	Complexo Educativo Manoel Antonio Martins	ES C. Bom	Historia e Geografia de CV e Historia	Familiares
101	Nilda Maria Tavares Borges	PEB I	Del. S. Filipe	Del. S. Catarina - Santiago	EB	Familiares
102	Nilton César Fortes Duarte	PESI	Del. Porto Novo	Del. S. Vicente	EB	Familiares
103	Osvaldo Fonseca	PES I	ES C. Semedo	ES B. Lopes	Inglês	Familiares
104	Paulo Sérgio Ramos	ME	ET GDH	ES J. A. Pinto	Informática	Familiares
105	Rosa Helena Pereira Sanches	PEB Ass. I	Del. Maio	Del. S. Filipe	EB	Excedente
106	Saliny Eveline Borges Correia	PES I	ES P. Verona Pires	ES O. Tavares	L. Portuguesa	Familiares
107	Samira Lenine Varela Sena	PESIII	ES. Olegário Tavares	ES C. A. Gonçalves	ES	Familiares
108	Saxónia Mendes Furtado Martins	PES I	ES. São Miguel	Del. Praia	Biologia	Familiares
109	Sheila Margarida Moreno Ferreira	PES I	S. S. do Mundo	R. Grande - Santiago	EB	Saúde
110	Silvino Semedo Rodrigues Martins	ME	ES S. Miguel	ES A. Duarte	Física/Química	Familiares
111	Suzana Lopes Varela	PEB Ass. I	Del. Mosteiros	Del. Praia	EB	Saúde
112	Telma Neves Medina	PES I	CE S. Maria	ES A. S. Pinto	Francês	Saúde
113	Vanusa da Conceição de Pina Cabral	PES Ass. II	ES O. Moniz	ES O. Tavares	C. Naturais	Familiares
114	Verónica Gomes de Matos	PES II	ES J. A. Pinto	LDR	Matemática	Familiares
115	Victor Baptista Gomes Silva	PES Ass. II	ES S. Miguel	ES A. C. Silva	Matemática	Familiares
116	Victória Fortes Sabino	PES Ass. III	ES A. S. Pinto	EICM	Matemática	Familiares
117	Vladimir Benvindo Mendes Pereira	PES I	ES A. N. Fernandes	ES S. Miguel	Biologia/CN	Familiares
118	Zilka Fortes Ramos	ME	ES S. Delgado	LLL	Informática	Familiares

Nos termos do artigo 7º do Decreto-Lei nº 54/2009, de 7 de dezembro, são efetuadas as permutas, a pedido dos mesmos, das Delegações e Escolas Secundárias a seguir indicadas, os docentes adiante discriminados para os destinos que se seguem na lista devidamente homologada pela S. Ex.ª a Ministra da Educação:

Nº	Nome/Professor	Da Escola/Delegação	Para Escola/Delegação	Fez permuta com...
1	Manuel da Luz Delgado Fonseca	ES Coculi	ET J. Varela	Staline Santos Pires
2	Ricardina José Silva Martins	Del. S. Cruz	Del. Praia	Áurea Milena Pereira Monteiro
3	Manuel Augusto Dias Mendes	Ensino Recorrente - S. Vicente	ES Cova Figueira	Caplan Bernardo Costa Neves
4	Alcinda Chantre da Cruz	ES M. Lopes	Liceu Ludgero Lima	Aurélio Lisandro Silva Freitas Abreu
5	Octávio do Rosário Lopes Fortes	ES J. Leite	ES Coculi	Celso Augusto Duarte Silva
6	Anilda de Jesus Correia Freire	ES S. Miguel	ES Alfredo da Cruz Silva	Fátima Almeida Varela
7	Maria Santa Martins dos Santos Monteiro	Liceu Amílcar Cabral	ES Alfredo da Cruz Silva	Anilda de Jesus Correia Freire
8	Austelina Isabel Alves Lobo Romão	Del. S. Domingos	Del. Praia	Kátia Suleica Semedo Carvalho
9	Maria do Carmo Rocha dos Reis	ES Luciano Garcia	Liceu Amílcar Cabral	Neusa Margareth Sena Ribeiro
10	Suzana Senhorinha Lopes da Cruz	Liceu Amílcar Cabral	CE Miraflores	Adérito de Jesus Lopes da Silva
11	Jani Monteiro Medina	Es Suzete Delgado	ES Januário Leite	Belmiro dos Santos Fortes
12	Natalina Maria Miranda Ribeiro	Del. S. Catarina - Fogo	Del. S. Domingos	Dina Maria Moreira Gonçalves
13	Maria José Semedo Correia	Del. S. Cruz	Del. Praia	Alexandra Semedo Lopes
14	António Pedro Barbosa Cardoso	ES Luciano Garcia	ES Teixeira de Sousa	Suely Carvalho Moreira
15	Euclides Jesus Vieira Rocha	ET G. Duque Henri	ES Abílio Duarte	Gabriela Monteiro Furtado Espírito Santo
16	Luís Ângelo Pereira dos Reis Fernandes	E. Amor de Deus	ES Luciano Garcia	Moisés da Veiga Dias
17	Fátima do Rosário Cardoso Duarte	Del. S. Miguel	Del. R. Grande - Santiago	Agostinho Gomes Mendes Rodrigues
18	Janice Helena da Silva	Del. Praia	Del. S. Miguel	José Correia de Pina
19	Edmilson Socorro Pereira de Barros	ES S. Miguel	ES Alfredo Cruz da Silva	João José Landim Furtado
20	Maria de Fátima Sanches de Pina	Del. Praia	Del. R. Grande - Santiago	João Celestino Lopes Sanches
21	Elizandra Sabrina Semedo Fernandes	Liceu Amílcar Cabral	ESP Cesaltina Ramos	Adalberto de Jesus Gomes Teixeira Varela
22	Corita Martins da Cruz Silva	Del. Maio	Del. Praia	Esmeraldina Agues Frederico
23	Irma Silva Mendes Neves	ES Pedro Gomes	ES Boa Vista	Vânia Sofia Tavares da Costa
24	Cleusa Andrea de Brito Lopes Varela	Del. S. Miguel	Del. R. Grande - Santiago	António Mateus do Rosário Correia e Silva
25	Danilson Monteiro Fernandes	ES Tarrafal	ES S. Miguel	Gaudino Gomes Sanches Moreno
26	Maria de Fátima Sanches de Pina	Del. Praia	Del. R. Grande - Santiago	João Celestino Lopes Sanches
27	Ana Simone Brito Pereira Benrós	ES António Silva Pinto	ES J. Barbosa	Valério Gonçalves Medina Pascoal

Nos termos do artigo 9º do Decreto-Lei nº 54/2009, de 7 de dezembro, são mobilizados (destacamento/fim de destacamento), das Delegações, Escolas Secundárias e Instituições a seguir indicadas, os docentes adiante discriminados para os destinos que se seguem na lista devidamente homologada pela S. Ex.ª a Ministra da Educação:

Nº	Nome	Escola/Liceu/Delegação/ Instituições	Local Destacamento/Fim destacamento	Tipo mobilidade
1	Jacinta Rodrigues Miranda	Del. Mosteiros	FICASE - R. Concelhio	Destacamento
2	Ângela do Livramento Correia Vaz	Del. Praia	SINDEP	Destacamento
3	Ana Isabel Furtado Mendonça	Del. Praia	SINDEP	Destacamento
4	Iziquiel Vasconcelos Borges	Del. Brava	Centro Desenvolvimento Social de S. Miguel	Destacamento
5	Artur Jorge Lima Marçal	ESP Cesaltina Ramos	Direcção Nacional da Educação	Destacamento
6	Helena Maria Flor Veríssimo Évora	ES C. Alberto Gonçalves	Direcção Nacional da Educação	Destacamento
7	Rosária Almeida Vieira	ES Pedro Gomes	Ministério da Família e Inclusão social	Destacamento
8	Paula Cristina Medina Cruz	ES Olavo Moniz	Serviço Gestão Recursos Humanos	Destacamento
9	Samira Cardoso Tavares Mendes Brito	Del. S. Catarina - Santiago	Residência Estudantil Madre Teresa de Calcutá	Destacamento
10	Eveline Tavares Lopes Almeida	ES R. Silva	Residência Estudantil Madre Teresa de Calcutá	Destacamento
11	Maria de Fátima Monteiro Fernandes	Del. Praia	Residência Estudantil Madre Teresa de Calcutá	Fim de destacamento
12	Pedro Elias Tavares	Liceu Domingos Ramos	DGD - Federação Caboverdiana de Futebol	Fim de destacamento
13	Jean Jacques Barbosa Fernandes	SGFP	FICASE	Fim de destacamento
14	Ana Cristina C. Lima	ES R. Silva	Direcção Nacional da Educação	Fim de destacamento
15	Sónia Suzete Gomes Fernandes	ES Achada Grande	Direcção Nacional da Educação	Fim de destacamento
16	Maria do Socorro Fernandes	Del. Praia	Direcção Nacional da Educação	Fim de destacamento
17	Gizela Helena Santos Marques	ES Abílio Duarte	Direcção Nacional da Educação	Fim de destacamento
18	Silvina Correia Andrade	Liceu Domingos Ramos	Direcção Nacional da Educação	Fim de destacamento

Extrato de despacho n.º 257/2017 – De S. Ex.^a a Ministra da Educação:

De 1 de fevereiro de 2017:

Ao abrigo do disposto no n.º 1 e nas alíneas *b)*, *i)*, *p)* e *r)* do n.º 2 do artigo 28.º, da Lei n.º 31/III/87 de 31 de dezembro, alterado pelo Decreto-Legislativo n.º 8/97, de 8 de maio e alínea *c)* e *d)* do n.º 4 do artigo 71.º do Decreto-Lei n.º 69/2015 de 12 de dezembro - Estatuto da Carreira do Pessoal Docente, é aplicado pena de demissão a Filomeno António Furtado Sanches, professor do ensino secundário, nível I, em exercício de funções na Escola Secundária Horace Silvera - Maio.

Extrato de despacho n.º 258/2017 – De S. Ex.^a a Ministra da Educação:

De 2 de fevereiro de 2017:

É dado por finda, ao seu pedido, a nomeação de, Alcídia Elisângela Dias de Almeida, professora do ensino secundário, nível I, que vinha exercendo, desde junho de 2016, em regime de substituição a função de Diretora do Serviço de Gestão de Recursos Humanos do Ministério da Educação, ao abrigo do artigo 31.º do Decreto-Lei n.º 59/2014, de 4 de novembro, com efeitos a partir de 6 de fevereiro de 2017.

Extrato de despacho n.º 259/2017 – De S. Ex.^a a Ministra da Educação:

De 3 de fevereiro de 2017:

Abel Xavier Barbosa, professor do ensino básico assistente, nível I, pessoal do quadro da Delegação do Ministério da Educação do Concelho da Brava, concedida licença sem vencimento por um período de (1) um ano, com efeitos a partir de 1 de fevereiro de 2017, nos termos dos artigos 48.º e 49.º do Decreto-Lei n.º 3/2010, de 8 de março, conjugado com o n.º 1 do artigo 64.º do Decreto-Legislativo n.º 69/2015 de 12 de dezembro

Juérnia da Silva Oliveira, apoio operacional, em exercício de funções na Delegação do Ministério da Educação do Concelho da Praia, concedida licença sem retribuição, por um período de (8) oito meses, ao abrigo do n.º 1 do artigo 192.º do Decreto-Legislativo n.º 5/2007, de 16 de outubro, com efeitos a partir de 17 de fevereiro de 2017.

Oswaldo João Lopes Paula, apoio operacional, em exercício de funções na Delegação do Ministério da Educação do Concelho de São Vicente, concedida licença sem retribuição, por um período de (10) dez meses, ao abrigo do n.º 1 do artigo 192.º do Decreto-Legislativo n.º 5/2007, de 16 de outubro, com efeitos a partir de 1 de março de 2017.

Onildo António Silva Ramos, professor do ensino secundário, nível I, pessoal do quadro da Delegação do Ministério da Educação do Concelho de Santa Catarina, concedida licença sem vencimento por um período de (1) um ano, com efeitos a partir de 24 de janeiro de 2017, nos termos dos artigos 48.º e 49.º do Decreto-Lei n.º 3/2010, de 8 de março, conjugado com o n.º 1 do artigo 64.º do Decreto-legislativo n.º 69/2015 de 12 de dezembro.

Elisângela Gomes Mendes, professora do ensino básico assistente, nível I, pessoal do quadro da Delegação do Ministério da Educação do Concelho de São Filipe, concedida licença sem vencimento por um período de (1) um ano, com efeitos a partir de 1 de março de 2017, nos termos dos artigos 48.º e 49.º do Decreto-Lei n.º 3/2010, de 8 de março, conjugado com o n.º 1 do artigo 64.º do Decreto-Legislativo n.º 69/2015 de 12 de dezembro.

Maria Dulcelina Dias Gomes, professora do ensino básico assistente, nível I, pessoal do quadro da Delegação do Ministério da Educação do Concelho da Praia, concedida licença sem vencimento de longa duração, com efeitos a partir de 1 de fevereiro de 2017, nos termos dos artigos 50.º e 52.º do Decreto-Lei n.º 3/2010, de 8 de março, conjugado com o n.º 1 do artigo 64.º do Decreto-Legislativo n.º 69/2015 de 12 de dezembro.

Adelsia de Jesus Mendes Almeida Duarte, professora do ensino básico assistente, nível I, em exercícios de funções na Delegação do Ministério da Educação do Concelho da Praia, concedido licença sem vencimento de curta duração, por um período de (3) três meses, ao abrigo dos artigos 46.º e 47.º do Decreto-Lei n.º 3/2010, de 8 de março, conjugado com o n.º 1 do artigo 64.º do Decreto-Legislativo n.º 69/2015 de 12 de dezembro, com efeitos a partir de 2 de janeiro de 2017.

Comunicação n.º 6/2017

Comunica-se que Maria Trindade Gomes Flôr, apoio operacional, em exercícios de funções na Delegação do Ministério da Educação do Concelho do Porto Novo, que se encontrava de licença sem retribuição por um período de (6) seis meses, desde 1 de agosto de 2016, retomou às suas funções a partir de 1 de fevereiro do corrente ano.

Comunicação n.º 7/2017

Comunica-se que Leonildo de Pina Mendes, professor do ensino básico assistente, nível I, em exercícios de funções na Delegação do Ministério da Educação do Concelho dos Mosteiros, que se encontrava de licença sem vencimento por um período de (3) três meses, desde 1 de setembro de 2016, retomou às suas funções a partir de 2 de dezembro de 2016.

Comunicação n.º 8/2017

Comunica-se que António Mendes Antunes, professor do ensino básico assistente, nível I, em exercícios de funções na Delegação do Ministério da Educação do Concelho dos Mosteiros, que se encontrava de licença sem vencimento por um período de (3) três meses, desde 1 de setembro de 2016, retomou às suas funções a partir de 2 de dezembro de 2016.

Aviso n.º 8/2017

Nos termos do artigo 63.º do Estatuto Disciplinar dos Agentes da Administração Pública (Decreto-Legislativo n.º 8/97, de 8 de maio), é citada a arguida, Ana Frederico Gonçalves Tavares, professora de posto escolar, referência I, escalão A, em exercício de funções no Pólo n.º III da Praia Baixo, ausente em parte incerta, de que tem um prazo de (30) trinta dias, contados a partir do oitavo dia posterior à data de publicação deste aviso, para se defender em processo disciplinar que corre os seus termos na Inspeção Geral da Educação, por presumível abandono de lugar.

A Instrutora: *Nildes Varela Barros*.**Rectificação n.º 38/2017**

Por ter sido publicado de forma inexata no *Boletim Oficial* n.º 11, II Série, de 9 de março de 2016, o despacho de S. Ex.^a a Ministra da Educação e Desporto, de 11 de dezembro de 2015, referente à reformulação do contrato de Achaline Arminda Cardoso Santos Duarte, professora do ensino secundário, nível I, da Delegação do Ministério da Educação do Concelho da Praia, de novo se publica na parte que interessa:

Onde se lê:

Achaline Arminda Cardoso Santos Duarte...

Deve ler-se

Achaline Arminda Cardoso Santos Duarte...

Rectificação n.º 39/2017

Por ter sido publicado de forma inexata no *Boletim Oficial* n.º 5, II Série, de 27 de janeiro de 2017, o despacho conjunto n.º 23/2016 de 21 dezembro, referentes às pendências relativas às reclassificações dos docentes respeitantes ao ano 2012, de Alice Maria Fonseca Silva Delgado, professora do ensino secundário, nível I, da Escola Secundária José Augusto Pinto, de novo se publica na parte que interessa:

Onde se lê:

Escola Secundária Suzete Delgado...

Deve ler-se

Escola Secundária José Augusto Pinto....

Rectificação nº 40/2017

Por ter sido publicado de forma inexata no *Boletim Oficial* nº 5, II Série, de 27 de janeiro de 2017, o despacho conjunto n.º 23/2016 de 21 dezembro, referentes às pendências relativas às reclassificações dos docentes respeitantes ao ano 2012, de Elisabete de Carvalho e Silva Mendes, professora do ensino secundário, nível II, da Escola Secundária Regina Silva, de novo se publica na parte que interessa:

Onde se lê:

..... professora do ensino secundário, nível III....

Deve ler-se

..... professora do ensino secundário, nível II....

Rectificação nº 41/2017

Por ter sido publicado de forma inexata no *Boletim Oficial* nº 5, II Série, de 27 de janeiro de 2017, o despacho conjunto n.º 23/2016, de 21 dezembro, referentes às pendências relativas às reclassificações dos docentes respeitantes ao ano 2012, de Valentina Kadarovna Majaeva Lima, professora do ensino secundário de primeira, nível I, da Escola Industrial e Comercial do Mindelo Guilherme Dias Chantre, de novo se publica na parte que interessa:

Onde se lê:

...professora do ensino secundário, nível III...

Deve ler-se

...professora do ensino secundário de primeira, nível I ...

Rectificação nº 42/2017

Por ter sido publicado de forma inexata no *Boletim Oficial* nº 5, II Série, de 27 de janeiro de 2017, o despacho conjunto n.º 23/2016 de 21 dezembro, referentes às pendências relativas às reclassificações dos docentes respeitantes ao ano 2012, de Maria Auxiliadora Gomes Santos, professora do ensino secundário de primeira, nível I, do Liceu Ludgero Lima, de novo se publica na parte que interessa:

Onde se lê:

...referência 8/E para referência 9/D...

Deve ler-se

...referência 8/F para referência 9/E ...

Rectificação nº 43/2017

Por ter sido publicado de forma inexata no *Boletim Oficial* nº 5, II Série, de 27 de janeiro de 2017, o despacho de retificação n.º 15/2017, referente à Junta de Saúde de Barlavento de Rosa Olívia Pinheiro Monteiro do Rosário, professora do ensino secundário, nível I, do Liceu Ludgero Lima, de novo se publica na parte que interessa:

Onde se lê:

...professor do ensino básico assistente, nível I...

Deve ler-se

...professora do ensino secundário, nível I...

Rectificação nº 44/2017

Por ter sido publicado de forma inexata no *Boletim Oficial* nº 40, II Série, de 30 de julho de 2014, o despacho de S. Exª a Ministra da Educação e Desporto, de 24 de julho de 2014, referente à nomeação definitiva de Sílvia Mónica Pereira Soares Cardoso, professora do ensino secundário, nível I, do Centro Educativo Miraflores, de novo se publica na parte que interessa:

Onde se lê:

...referência 8, escalão A ...

Deve ler-se:

...referência 9, escalão A ...

Rectificação nº 45/2017

Por ter sido publicado de forma inexata no *Boletim Oficial* nº 5, II Série, de 27 de janeiro de 2017, o despacho conjunto n.º 23/2016 de 21 dezembro, referentes às pendências relativas às reclassificações dos docentes respeitantes ao ano 2012, de Maria Rita Araújo Rosa Lima, professora do ensino secundário, nível II, da Escola Secundária Abílio Duarte, de novo se publica na parte que interessa:

Onde se lê:

...referência 8/B para referência 9/A, professor de ensino secundário, nível I ...

Deve ler-se

...referência 8/C para referência 9/B, professor de ensino secundário, nível II ...

Rectificação nº 46/2017

Por ter sido publicado de forma inexata no *Boletim Oficial* nº 5, II Série, de 27 de janeiro de 2017, o despacho conjunto n.º 23/2016 de 21 dezembro, referentes às pendências relativas às reclassificações dos docentes respeitantes ao ano 2012, de Janetta Albertovna Kaspariane Monteiro, professora do ensino secundário, nível III, da Escola Industrial e Comercial do Mindelo, de novo se publica na parte que interessa:

Onde se lê:

...referência 9/D para referência 10/C, professor de ensino secundário, nível III...

Deve ler-se

...referência 9/E para referência 10/C, professor de ensino secundário de primeira, nível I ...

Rectificação nº 47/2017

Por ter sido publicada de forma inexata no *Boletim Oficial* nº 12, II Série, de 16 de março de 2016, o despacho de S. Exª a Ministra da Educação e Desporto, de 16 de fevereiro de 2016, referente à nomeação definitiva de Gilson António Borges Tavares, professor do ensino secundário, nível I, da Escola Secundária Alfredo da Cruz Silva, de novo se publica na parte que interessa:

Onde se lê:

... Escola Secundária Carlos Alberto Gonçalves ...

Deve ler-se:

...Escola Secundária Alfredo da Cruz Silva ...

Anulação nº 5/2017

Por erro da administração, foi publicado de forma inexata no *Boletim Oficial* n.º 5, II Série, de 27 de janeiro de 2017, referentes às pendências relativas às reclassificações dos docentes respeitantes ao ano 2012, de Cesaltina Mendes Varela, da Delegação Escolar de Santa Cruz, pelo que se faz a anulação da referida publicação na íntegra.

Anulação nº 6/2017

Por erro da administração, foi publicado de forma inexata no *Boletim Oficial* n.º 5, II Série, de 27 de janeiro de 2017, referentes às pendências relativas às reclassificações dos docentes respeitantes ao ano 2012 de Crisolita Dongo Lopes, da Escola Técnica João Varela, pelo que se faz a anulação da referida publicação na íntegra.

Anulação nº 7/2017

Por erro da administração, foi publicado de forma inexata no *Boletim Oficial* n.º 5, II Série, de 27 de janeiro de 2017, referentes as pendências relativas às reclassificações dos docentes respeitantes ao ano 2012, de Eloisa Helena Brito Lopes, da Escola Secundária Abílio Duarte, pelo que se faz a anulação da referida publicação na íntegra.

Anulação n.º 8/2017

Por erro da administração, foi publicado de forma inexata no *Boletim Oficial* n.º 5, II Série, de 27 de janeiro de 2017, referentes às pendências relativas às reclassificações dos docentes respeitantes ao ano 2012, de Elsa Maria Carvalho Neves Vaz da Conceição, da Escola Secundária Constantino Semedo, pelo que se faz a anulação da referida publicação na íntegra.

Anulação n.º 9/2017

Por erro da administração, foi publicado de forma inexata no *Boletim Oficial* n.º 5, II Série, de 27 de janeiro de 2017, referentes às pendências relativas às reclassificações dos docentes respeitantes ao ano 2012 de Nilton Emanuel Tavares Paiva Semedo, da Delegação Escolar de Santa Cruz, pelo que se faz a anulação da referida publicação na íntegra.

Anulação n.º 10/2017

Por erro da administração, foi publicado de forma inexata no *Boletim Oficial* n.º 5, II Série, de 27 de janeiro de 2017, referentes às pendências relativas às reclassificações dos docentes respeitantes ao ano 2012 de Helena Albertina Lopes Ramos Delgado Ferreira, da Delegação Escolar da Praia, pelo que se faz a anulação da referida publicação na íntegra.

Anulação n.º 11/2017

Por erro da administração, foi publicado de forma inexata no *Boletim Oficial* n.º 5, II Série, de 27 de janeiro de 2017, referentes às pendências relativas às reclassificações dos docentes respeitantes ao ano 2012 de Jandira Helena Monteiro dos Reis, da Delegação Escolar do Sal, pelo que se faz a anulação da referida publicação na íntegra.

Anulação n.º 12/2017

Por erro da administração, foi publicado de forma inexata no *Boletim Oficial* n.º 5, II Série, de 27 de janeiro de 2017, referentes às pendências relativas às reclassificações dos docentes respeitantes ao ano 2012, de Ivete de Pina Duarte da Graça, da Escola Secundária José Augusto Pinto, pelo que se faz a anulação da referida publicação na íntegra.

Serviço de Gestão de Recursos Humanos do Ministério da Educação, na Praia, aos 14 de fevereiro de 2017. – O Diretor, *Adilson Vieira Semedo*.

Instituto Universitário de Educação**Rectificação n.º 48/2017**

Por ter sido publicado de forma inexata no *Boletim Oficial* n.º 8, II Série de 17 de fevereiro de 2017, o despacho de S. Ex.^a a Ministra de Educação, referente ao fim comissão ordinária de serviço de João Bernardino Ramos Cunha, de novo se publica na parte que interessa:

Onde se lê:

...no cargo de Diretor da Escola de Formação de Professores de Assomada...

Deve ler-se:

...no cargo de Diretor da Escola de Formação de Professores da Praia...

Instituto Universitário de Educação, na Praia, aos 23 de fevereiro de 2017. – O Presidente, *António Tavares de Jesus*

—oço—

**MINISTÉRIO DA SAÚDE
E DA SEGURANÇA SOCIAL**

**Direcção Geral do Planeamento,
Orçamento e Gestão**

Extracto de despacho n.º 260/2017 – De S. Ex.^a o Ministro da Saúde e da Segurança Social:

De 21 de Fevereiro de 2017:

Verónica dos Santos Silva, enfermeira geral, escalão V, índice 100, pessoal do quadro da Direcção Geral do Orçamento e Gestão do Ministério

da Saúde e Segurança Social, em serviço na Direcção Nacional da Saúde, destacada para exercer as suas funções na Delegacia de Saúde do Sal, a partir de 1 de março, ao abrigo do disposto no n.º 1 e seguintes do artigo 9.º de Decreto-Lei n.º 54/2009, de 7 de dezembro.

Extracto de despacho n.º 261/2017 – De S. Ex.^a o Ministro da Saúde e da Segurança Social:

De 21 de Fevereiro de 2017:

Hélder José Miranda Almada do Rosário, médico graduado, escalão IV, índice 120, pessoal do quadro da Direcção Geral do Orçamento e Gestão do Ministério da Saúde e Segurança Social, em serviço no Hospital Dr. Agostinho Neto, na ilha de Santiago, destacado para exercer as suas funções no Hospital Regional do Sal, a partir de 1 de março, ao abrigo do disposto no n.º 1 e seguintes do artigo 9.º de Decreto-Lei n.º 54/2009, de 7 de dezembro.

Extracto de despacho n.º 262/2017 – De S. Ex.^a o Ministro da Saúde e da Segurança Social:

De 21 de Fevereiro de 2017:

Danielson Pereira Barreto da Veiga, médico assistente, escalão IV índice 155, pessoal do quadro Direcção Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão do Ministério da Saúde e da Segurança Social, em serviço no Hospital Dr. Agostinho Neto, concedido licença sem vencimento de 1 (um) ano, ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 48.º do Decreto-Lei n.º 3/2010, de 8 de março, com efeitos a partir do dia 1 de outubro de 2016.

Direcção Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão do Ministério da Saúde e da Segurança Social, na Praia, aos 22 de fevereiro de 2017. – A Directora Geral, *Serafina Alves*.

—oço—

**MINISTÉRIO
DA AGRICULTURA E AMBIENTE**

**Direcção-Geral do Planeamento,
Orçamento e Gestão**

Extracto de despacho n.º 263/2017 – De S. Ex.^a o Ministro da Agricultura e Ambiente:

De 24 de janeiro de 2017:

José Roberto Ramalho Varela, técnico nível I do quadro do pessoal da Direcção Geral da Agricultura, Silvicultura e Pecuária do Ministério da Agricultura e Ambiente, nos termos do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 54/2009, de 7 de dezembro, é destacado para exercer funções na Delegação do Maio do mesmo Ministério, com efeitos a partir de 1 de Fevereiro de 2017.

Direcção de Serviço de Gestão de Recursos Humanos do Ministério da Agricultura e Ambiente, na Praia, aos 21 de fevereiro de 2017. – A Directora de Serviços, *Marlice Robalo Cabral*.

—oço—

**MINISTÉRIO DAS INFRAESTRUTURAS,
DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO
E HABITAÇÃO**

**Direcção Geral de Planeamento,
Orçamento e Gestão**

Rectificação n.º 49/2017

Por ter sido publicado de forma inexacta no *Boletim Oficial* n.º 9, II Série, de 24 de fevereiro de 2017, novamente se publica na parte que interessa:

Onde se lê:

Com efeitos a partir de 20 de fevereiro de 2017.

Deve ler-se:

Com efeitos a partir de 28 de fevereiro de 2017.

Direcção Geral de Planeamento, Orçamento e Gestão do Ministério das Infraestruturas, do Ordenamento do Território e Habitação, na Praia, aos 27 de fevereiro de 2017. – A Directora de Serviço, *Nádia dos Santos*.

PARTE D**CONSELHO SUPERIOR DA MAGISTRATURA JUDICIAL****Secretaria****Extrato de deliberação nº 14/CSMP/2016/2017****De 24 de Fevereiro de 2017**

O Conselho Superior do Ministério Público (CSMP), no exercício das suas atribuições previstas nos artigos 32º, 37º, nº 1, alínea *h*) e 68º, da Lei nº 89/VII/2011, de 14 de Fevereiro, e em conformidade com a Deliberação do CSMP nº 12/CSMP2016/2017, de 30 de Dezembro de 2016, publicado no *Boletim Oficial* nº 5, II Série, de 27 de Janeiro de 2017, delibera:

1. Designar, ao abrigo dos artigos 37º, 38, e 39º, do Decreto Lei nº. 38/2015, de 29 de Julho, os seguintes cidadãos para constituir o Júri do concurso para admissão de um tradutor:

Luís José Tavares Landim, Presidente;

António Teófilo Moreira Vaz, Vogal;

Zita Maria de Jesus Vieira da Silva Mendes, Vogal;

Elisa Solange Gomes Mendes, Vogal Suplente;

Cátia Morgeana Varela Pina Cardoso, Perita;

José Luís Varela Marques, Secretário.

2. Prorrogar o prazo para entrega das candidaturas por mais quinze (15) dias, após a publicação deste extrato de deliberação.

O Presidente (Ass.) – *Oscar Silva dos Reis Tavares* -

Está conforme o original:

Secretaria do Conselho Superior do Ministério Público na Praia, aos 24 de Fevereiro de 2017. – O Secretário do CSMP, *José Luís Varela Marques*.

PARTE E**AUTORIDADE REGULADORA DAS AQUISIÇÕES PÚBLICAS****Conselho de Administração****Comunicação nº 9/2017**

Manuel Mendes Garcia, técnico superior, referência 13, quadro da ARAP, que se encontra de licença sem vencimento pelo período de um ano, conforme a Deliberação nº 1/2016 de 8 de fevereiro, publicado no *Boletim Oficial* nº 8, II Série, de 24 de fevereiro, regressa ao quadro de origem com efeito a partir de 1 de março de 2017.

Autoridade Reguladora das Aquisições Públicas, na Praia, aos 23 de fevereiro de 2017. – O Conselho de Administração, *João Ilídio Tavares*.

o**INSTITUTO CABO-VERDIANO PARA IGUALDADE E EQUIDADE DO GÉNERO****Gabinete da Presidente****Extrato de despacho conjunto nº 264/2017** – De S. Ex^a a Ministra da Família e Inclusão Social e S. Ex^a o Ministro das Finanças:

De 26 de janeiro de 2017:

Roselma Marisa Lima Évora, técnica nível II da Direção Nacional da Administração Pública, é requisitada para, nos termos do artigo 4º, n.º 2, alínea *c*), conjugado com o disposto no artigo 8º, todos do Decreto-Lei nº 54/2009, de 7 de dezembro, exercer as funções de coordenadora do projeto “Promoção da Autonomia Económica e política das mulheres” no Instituto Cabo-Verdiano para Igualdade e Equidade do Género, com efeito a partir de 1 de março de 2017.

Para efeito remuneratório, a requisitada é equiparada a técnico especialista nível II do regime geral da Administração Pública.

A despesa tem cabimento na rubrica 02.01.01.01.02 - Pessoal do quadro

Instituto Cabo-Verdiano para Igualdade e Equidade do Género, na Praia, aos 21 de fevereiro de 2017. – A Presidente, *Rosana Almeida*.



II SÉRIE
BOLETIM
OFICIAL

Registo legal, nº 2/2001, de 21 de Dezembro de 2001

Endereço Electronico: www.incv.cv



*Av. da Macaronésia, cidade da Praia - Achada Grande Frente, República Cabo Verde.
C.P. 113 • Tel. (238) 612145, 4150 • Fax 61 42 09
Email: kioske.incv@incv.cv / incv@incv.cv*

I.N.C.V., S.A. informa que a transmissão de actos sujeitos a publicação na I e II Série do *Boletim Oficial* devem obedecer as normas constantes no artigo 28º e 29º do Decreto-Lei nº 8/2011, de 31 de Janeiro.



BOLETIM OFICIAL

ÍNDICE	
PARTE J	MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E TRABALHO:
	<i>Direcção-Geral dos Registos, Notariado e Identificação:</i>
	Extracto de publicação da associação nº 72/2017:
	Certifica narrativamente para efeitos de publicação, um registo de nomeação dos membros da direcção da associação denominada "AJEC- ASSOCIAÇÃO DE JOVENS EMPRESÁRIOS DE CABO VERDE". 48
	Extracto de publicação da sociedade nº 73/2017:
	Certifica narrativamente para efeitos de publicação, que foi constituída uma sucursal da sociedade comercial firma "MAR AZUL INTERNACIONAL – MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, SOCIEDADE UNIPessoal, LDA". 48
	Extracto de publicação da sociedade nº 74/2017:
	Certifica narrativamente para efeitos de publicação, um registo de renúncia e nomeação de gerência da sociedade comercial denominada "CV NET, LDA". 49
Extracto de publicação da sociedade nº 75/2017:	
Certifica narrativamente para efeitos de publicação, um registo de cessão de quotas da sociedade comercial unipessoal denominada "MD – SERVIÇO DESINFECÇÃO, SOCIEDADE UNIPessoal, LDA". 49	
Extracto de publicação da sociedade nº 76/2017:	
Certifica narrativamente para efeitos de publicação, um registo de cessão de quotas, alteração do objecto e da denominação da sociedade comercial denominada "AVISEMEDO, LDA". 49	
Extracto de publicação da sociedade nº 77/2017:	
Certifica narrativamente para efeitos de publicação, um registo de nomeação e recomposição de membros de órgãos sociais da sociedade comercial anónima denominada "PARINVESTE – SOCIEDADE PROMOTORA DE INVESTIMENTOS S.A.". 50	

Extracto de publicação da sociedade nº 78/2017:

Certifica narrativamente para efeitos de publicação, um registo de nomeação de órgãos sociais da sociedade comercial anónima denominada “SIMÓVEL – SOCIEDADE IMOBILIÁRIA, SARL”. 50

Extracto de publicação da sociedade nº 79/2017:

Certifica narrativamente para efeitos de publicação, um averbamento de alargamento do objecto social, da sociedade denominada “TUDO PARA CASA, LDA”. 51

Extracto de publicação da associação nº 80/2017:

Certifica para os efeitos de publicação que foi constituída uma associação denominada “ASSOCIAÇÃO DOS JOVENS AGRICULTORES DA ZONA PERI-URBANA DE PORTO NOVO, usando a Sigla “AJZPPUPN” 51

CVC – CONSTRUÇÕES DE CABO VERDE, SARL:**Mesa da Assembleia-geral:****Convocatória nº 3/2017:**

Convoca os senhores Acionistas com direito de voto para se reunirem em Assembleia Geral, em sessão ordinária, no próximo dia 29 de Março de 2017. 51

CONSTRUGRAFIA EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS, LDA:**Assembleia geral:****Convocatória nº 4/2017:**

Convocando os sócios para se reunirem em assembleia geral na sede da sociedade. 51

PARTE J**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E TRABALHO****Direcção-Geral dos Registos, Notariado e Identificação****Conservatória dos Registos Comercial e Automóvel da Praia****Extracto de publicação de associação nº 72/2017:**

A CONSERVADORA/PS: JOSELENE SAFIRA ANDRADE DE SOUTO GOMES MORENO

EXTRACTO

Certifico narrativamente para efeitos de publicação, que nesta Conservatória a meu cargo, se encontra exarado um registo de nomeação de órgãos associativos e alteração parcial do estatuto da “ASSOCIAÇÃO DE JOVENS EMPRESÁRIOS DE CABO VERDE – AJEC”, com sede na Rua Serpa Pinto, nº 58, 3º andar, Cidade da Praia, matriculada na Conservatória dos Registos Comercial e Automóvel da Praia, sob o número 2990/2009/07/06.

ASSEMBLEIA GERAL:

Presidente: Manuel Barros de Pina.

Secretária: Neusa da Conceição Borges da Silva.

Secretária: Jaquelina Rosa Barros.

DIRECÇÃO NACIONAL:

Presidente: Paulo César Cabral.

Vice-presidente: Ronnie Rildo Pimenta Maurício.

Vice-presidente: Ana Maria dos Santos Oliveira Martins Varela.

Vice-presidente: Paulo Renato Monteiro Santiago.

Vice-presidente: Nelson Júlio Alves Monteiro.

Vice-presidente: Carla Patrícia Vaz Tavares.

Vogal: Marco Augusto Furtado Barreto de Carvalho

Vogal: Leonilde Antonieta Tavares de Lima.

Vogal: Salete Rocha Alves

Vogal: Jair António Vaz Pereira de Sousa.

Vogal: Ailton Marques Lopes Tolentino.

CONSELHO FISCAL:

Presidente: Heitor Lopes Correia Almeida.

Vice-presidente: Anilson Lenine Martins Mendes.

Vogal: Denis Pina Barros.

Duração do mandato: Tempo indeterminado.

Está conforme o original.

Conservatória dos Registos Comercial e Automóvel da Praia, aos 10 de maio de 2016. – A Conservadora, *Joselene Safira Andrade de Souto Gomes Moreno*.

Extracto de publicação de sociedade nº 732017:

A CONSERVADORA: MARIA ALBERTINA TAVARES DUARTE

EXTRACTO

Certifico narrativamente para efeitos de publicação, que nesta Conservatória a meu cargo, foi constituída uma sucursal da sociedade comercial, nos termos seguintes:

FIRMA: “MAR AZUL INTERNACIONAL - MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, SOCIEDADE UNIPessoal, LDA.”

SEDE: Achada Santo António, Rua do Sporting, n.º 4, 1º Andar, Cidade da Praia, ilha de Santiago.

NIF: 272698601.

DURACÃO: Tempo indeterminado.

OBJECTO: Comercialização de equipamentos e materiais para construção civil:

Comercialização e instalação de divisórias, esquadrias, móveis, e peças de madeira, alumínio, ferro e outros materiais para instalação industriais, comerciais e residenciais;

Comércio a grosso e a retalho; Importação e Exportação.

CAPITAL: 10.000\$00 (dez mil escudos).

SÓCIOS E QUOTAS:

QUOTA: 10.000\$00 (dez mil escudos).

Titular: Qiusheng Zhuang.

Nif: 172683009.

GERÊNCIA: A gerência e a representação da sociedade pertencem ao sócio único, desde já nomeado gerente podendo ou não auferir remuneração.

FORMA DE OBRIGAR: Para obrigar a sociedade é suficiente a assinatura do gerente.

Está conforme o original.

Conservatória dos Registos Comercial e Automóvel da Praia, aos 20 de outubro de 2016. – A Conservadora, *Maria Albertina Tavares Duarte*.

Extracto de publicação de sociedade nº 74/2017:

A CONSERVADORA: MARIA ALBERTINA TAVARES DUARTE

EXTRACTO

Certifico narrativamente para efeitos de publicação, que nesta Conservatória a meu cargo, se encontra exarado um registo de renúncia e nomeação de gerência da sociedade comercial por quotas denominada “CV NET, LDA.”, com sede no Plateau, Cidade da Praia com capital social de 5.000.000\$00, matriculada na Conservatória dos Registos

Comercial e Automóvel da Praia, sob o número 2677/2008/03/07.

RENÚNCIA:

Nome: Carlos Alberto Ramos Semedo Tavares.

Cargo: Gerente.

Período: com efeitos a partir de 26 de outubro de 2016.

NOMEACÃO:

Nome: Jose Manuel Quelhos da Cruz Martins Ferreira.

Cargo: Gerente.

Está conforme o original.

Conservatória dos Registos Comercial e Automóvel da Praia, aos 30 de janeiro de 2017. – A Conservadora, *Maria Albertina Tavares Duarte*.

Extracto de publicação de sociedade nº 75/2017:

A CONSERVADORA: MARIA ALBERTINA TAVARES DUARTE

EXTRACTO

Certifico narrativamente para efeitos de publicação, que nesta Conservatória a meu cargo, se encontra exarado um registo de cessão de quotas da sociedade comercial unipessoal por quotas denominada “MD - SERVICIO DESINFECÇÃO, SOCIEDADE UNIPessoal, LDA”, com sede em Palmarejo, Cidade da Praia e o capital social de 200.000\$00, matriculada na Conservatória dos Registos Comercial e Automóvel da Praia, sob o nº 07810/2009/05/12.

CEDENTE:

Nome: Marciano José Nunes Galguinho Martins Duarte.

Estado Civil: solteiro, maior.

Residência: Palmarejo, Cidade da Praia.

NIF: 107925621.

QUOTA TRANSMITIDA: 200.000\$00 (duzentos mil escudos).

CESSIONÁRIO:

Nome: Fábio de Carvalho Duarte.

Estado Civil: solteiro, maior.

Residência: Palmarejo, Cidade da Praia.

NIF: 145337707.

ARTIGOS ALTERADOS: 4º. e 5º.

TERMOS DAS ALTERAÇÕES:

SÓCIO E QUOTA:

Titular: Fábio de Carvalho Duarte.

QUOTA: 200.000\$00.

GERÊNCIA: É exercida pelo sócio Fábio de Carvalho Duarte.

FORMA DE OBRIGAR: A sociedade obriga-se com a intervenção do gerente.

Está conforme o original.

Conservatória dos Registos Comercial e Automóvel da Praia, aos 9 de fevereiro de 2017. – A Conservadora, *Maria Albertina Tavares Duarte*.

Extracto de publicação de sociedade nº 76/2017:

A CONSERVADORA: MARIA ALBERTINA TAVARES DUARTE

EXTRACTO

Certifico narrativamente para efeitos de publicação, que nesta Conservatória a meu cargo, se encontra exarado um registo de cessão de quotas, alteração do objecto e da denominação da sociedade comercial por quotas denominada “AVISEMEDO, LDA”, com sede em Tira Chapéu, Cidade da Praia e o capital social de 1.500.000\$00, matriculada na Conservatória dos Registos Comercial e Automóvel da Praia, sob o número 23006/2013/07/16.

CEDENTE:

Nome: David Semedo Lopes Monteiro.

Estado Civil: solteiro, maior.

Residência: Tira Chapéu, Cidade da Praia.

NIF: 156611058.

QUOTA TRANSMITIDA: 750.000\$00 (setecentos e cinquenta mil escudos).

CESSIONÁRIO:

Nome: Diamantino Semedo Lopes.

Estado Civil: solteiro, maior.

Residência: Tira Chapéu, Cidade da Praia.

NIF: 100151833.

ARTIGOS ALTERADOS: 1.º, 4.º e 5.º.

TERMOS DAS ALTERAÇÕES:

FIRMA: AVISEMEDO, SOCIEDADE UNIPESSOAL, LDA.

OBJECTO: Avicultura; Cerealicultura, leguminosas secas e sementes oleaginosas; Cultura de cana-de-açúcar; Cultura de produtos hortícolas, raízes e tubérculos; Outras culturas temporárias; Cultura de frutos tropicais e subtropicais; Cultura de outros frutos (inclui casca rija); Outras culturas permanentes; Cultura de materiais de propagação vegetativa (viveiros); Comércio por grosso de produtos agrícolas brutos e animais vivos; Comércio por grosso de produtos alimentares, bebidas e tabaco; Comércio por grosso de equipamentos electrónicos, de comunicações suas partes; Comércio a retalho de outros produtos alimentares em estabelecimentos especializados; Comércio a retalho de computadores, unidades periféricas, e programas informáticos, em estabelecimentos especializados; Abate de animais, preparação e conservação de carne e de produtos à base de carne; Fabricação de alimentos para animais; Comércio de veículos automóveis; Comércio de peças e acessórios para veículos automóveis; Produção agrícola e animal associadas.

CAPITAL: 1.500.000\$00 (um milhão e quinhentos mil escudos).

SÓCIO E QUOTA:

Titular: Diamantino Semedo Lopes.

QUOTA: 1.500.000\$00.

GERÊNCIA: É exercida pelo sócio Diamantino Semedo Lopes.

FORMA DE OBRIGAR: A sociedade obriga-se com a intervenção do gerente.

Está conforme o original.

Conservatória dos Registos Comercial e Automóvel da Praia, aos 9 de fevereiro de 2017. – A Conservadora, *Maria Albertina Tavares Duarte*.

Extracto de publicação de sociedade nº 77/2017:

A CONSERVADORA: MARIA ALBERTINA TAVARES DUARTE

EXTRACTO

Certifico narrativamente para efeitos de publicação, que nesta Conservatória a meu cargo, se encontra exarado um registo de nomeação e recomposição de membros de órgãos sociais da sociedade comercial anónima denominada “PARINVESTE – SOCIEDADE PROMOTORA DE INVESTIMENTOS SA.”, com sede em Terra Branca, Cidade da Praia e o capital social de 13.500.000\$00, matriculada na Conservatória dos Registos Comercial e Automóvel da Praia, sob o número 3585/2014/11/28.

NOMEAÇÃO/RECOMPOSIÇÃO:

ASSEMBLEIA GERAL:

Nome: Ana Cristina Hopffer Almada.

Cargo: Presidente.

Nome: Maria José Pereira.

Cargo: Secretária.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO:

Nome: David Hopffer Almada.

Cargo: Presidente.

Nome: Adriano Dias Sanches.

Cargo: Administrador

Nome: Miguel da Cruz Sousa.

Cargo: Administrador.

Nome: Romina Josefina Hopffer Almada.

Cargo: Administradora Suplente.

CONSELHO FISCAL:

Nome: JO Consulting.

Cargo: Fiscal único.

Está conforme o original.

Conservatória dos Registos Comercial e Automóvel da Praia, aos 17 de fevereiro de 2017. – A Conservadora, *Maria Albertina Tavares Duarte*.

Extracto de publicação de sociedade nº 78/2017:

A CONSERVADORA: MARIA ALBERTINA TAVARES DUARTE

EXTRACTO

Certifico narrativamente para efeitos de publicação, que nesta Conservatória a meu cargo, se encontra exarado um registo de nomeação de órgãos sociais da sociedade comercial anónima denominada “SIMÓVEL – SOCIEDADE IMOBILIÁRIA, SARL”, com sede em Tira Chapéu, Cidade da Praia e o capital social de 300.000\$00, matriculada na Conservatória dos Registos Comercial e Automóvel da Praia, sob o número 470/1996/12/09.

NOMEAÇÃO.

MESA DE ASSEMBLEIA GERAL:

Presidente: Ermitão Spínola Barros.

Secretário: Luís Filipe Victória Soulé.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO:

Presidente: Emanuel Saturnino Lima Barros.

Administrador: Manuel Gomes Monteiro Júnior.

Administrador: Paulo Jorge Vieira Ramos Canuto.

Administrador Suplente: Emílio Antonio de Carvalho Ferreira Lima Barros.

FISCAL ÚNICO:

Efectivo: João Marcos Alves Mendes.

Duração: Triénio 2016-2018.

Está conforme o original.

Conservatória dos Registos Comercial e Automóvel da Praia, aos 23 de fevereiro de 2017. – A Conservadora, *Maria Albertina Tavares Duarte*.

Conservatória e Cartório Notarial da Região de 2ª Classe da Boa Vista**Extracto de publicação de sociedade nº 79/2017:**

O CONSERVADORA/NOTÁRIA: ISABEL MARIA GOMES DA VEIGA

EXTRACTO

Certifico narrativamente para efeitos de publicação, que nesta Conservatória, a meu cargo, se encontra exarada um averbamento de alargamento do objecto social, da sociedade por quotas denominada “TUDO PARA CASA, LDA” NIF 269102108, com sede na Cidade de Sal-Rei, com o capital social de duzentos mil escudos, matriculada na Casa do Cidadão sob o número 2648120140710.

Artigo Alterado: 3º

Artigo 3º

A sociedade tem por objecto, comércio a retalho de electrodomésticos, mobiliários, equipamento de iluminação e outros artigos e equipamento para uso doméstico; Comércio a retalho de carpetes, tapetes, cortinados e revestimentos para paredes e pavimentos, em estabelecimentos especializados; Comércio a retalho de têxteis, em estabelecimentos especializados; Comércio a retalho de ferragens, tintas, vidros, equipamento sanitário, ladrilhos e similares, em estabelecimentos especializados, comércio a retalho de equipamento audiovisual; Comércio a retalho de computadores, unidades periféricas, e programas informáticos, em estabelecimentos especializados; Comércio por grosso de materiais de construção (excepto madeira e cimento) equipamentos sanitários; Serviços de manutenção, reparação, instalação elétrica, assistência técnica; Fabricação e montagem de obras de metais e alumínio, portas, janelas; Fabricação e montagem de obras de madeiras, portas, janelas, móveis, mobiliários.

Conservatória dos Registos e Cartório Notarial da Região da Segunda Classe da Boa Vista, aos 17 de janeiro 2017. – A Conservadora/Notária, *Isabel Maria Gomes da Veiga*.

Conservatória dos Registos e Cartório Notarial da Região de Segunda Classe do Porto Novo**Extracto de publicação de associação nº 80/2017:**

A CONSERVADORA/NOTÁRIA: CÁTIA SOFIA TEIXEIRA DE ANDRADE

EXTRACTO

Certifico, para os efeitos de publicação nos termos do disposto na alínea b) do número 1) do artigo 9.º da lei número 25/VI/2003, que no dia nove de Fevereiro, no livro de notas para escrituras diversas número 26, desta Conservatória e Cartório Notarial, foi constituída nesta Conservatória e Cartório, uma associação denominada “ASSOCIAÇÃO DOS JOVENS AGRICULTORES DA ZONA PERI-URBANA DE PORTO NOVO, usando a Sigla “AJZPPUPN”, com sede social em Casa de Meio, Freguesia de São João Baptista, Concelho do Porto Novo, Santo Antão, Cabo Verde, que tem por fim a promoção por meio de ações, do bem estar económico-social e cultural dos membros em particular e da Comunidade inserida.

Conservatória dos Registos e Cartório Notário Notarial do Porto Novo, aos 21 de janeiro de 2017. – A Conservadora-Notária, *Cátia Sofia Teixeira de Andrade*.

**CVC – CONSTRUÇÕES DE CABO VERDE, SARL****Mesa da Assembleia-geral****Convocatória nº 3/2017**

Nos termos do disposto no número um do artigo 408º do Código das Empresas Comerciais, convocam-se os senhores Acionistas com direito

de voto para se reunirem em Assembleia Geral, em sessão ordinária, no próximo dia 29 de Março de 2017, pelas 11:30 horas, na sede social da empresa em Achada Grande, na Praia, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Proceder à apreciação geral da administração da sociedade, nos termos previstos no artigo 407º, número um, alínea c) do Código das Empresas Comerciais;
2. Deliberar sobre o Relatório de Gestão e sobre as Contas do Exercício de 2016;
3. Deliberar sobre a Proposta de Aplicação dos Resultados de 2016;
4. Deliberar sobre a alteração à composição do Conselho de Administração;
5. Outros assuntos do interesse da sociedade.

Caso não estejam presentes ou regularmente representados acionistas que representem, no mínimo, 75% do total das ações representativas do capital, nos termos previstos no artigo 11º, número um dos estatutos da sociedade, fica desde convocada a reunião da Assembleia Geral ordinária, em segunda convocatória, para o dia 5 de Abril de 2017, à mesma hora, no mesmo local e com a mesma ordem do dia, podendo então deliberar validamente seja qual for o número de acionistas presentes ou representados e o quantitativo do capital a que as respetivas ações correspondam.

O relatório de gestão e os restantes documentos de prestação de contas encontram-se à disposição dos senhores acionistas, para consulta, na sede social da sociedade a partir de 9 de Março de 2017.

Nos termos do disposto nos números um e dois do artigo 9º dos Estatutos da sociedade, só podem participar na Assembleia Geral os acionistas que, com a antecedência mínima de quinze dias em relação à data da reunião, sejam titulares de, pelo menos, cinquenta ações do capital social, sem prejuízo da possibilidade que se reconhece aos acionistas titulares de um número inferior de ações se agruparem por forma a completarem o número mínimo exigível e de se fazerem, assim, representar por um dos acionistas agrupados.

Em conformidade com o disposto no número quatro do artigo 9º dos Estatutos, podem os senhores acionistas fazer-se representar por outro acionista ou por quem para o efeito designarem, através de carta dirigida ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral expedida com, pelo menos, cinco dias de antecedência em relação à data da sessão.

Mesa da Assembleia-Geral da CVC – Construções de Cabo Verde, SARL, na Praia, aos 27 de Fevereiro de 2017. – O Presidente da Mesa da Assembleia-geral, *Jorge Alves*

**CONSTRUGRAFIA EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS, LDA****Assembleia Geral****Convocatória nº 4/2017**

Nos termos dos artigos 317º o (Código das Empresas Comerciais) são convocados os sócios para se reunirem em assembleia geral na sede da sociedade no dia 10 de março de 2017 pelas 16 horas, com a seguinte ordem do dia:

Ponto Único - Deliberação sobre a exclusão do sócio remisso, o Sr. António dos Santos Lopes, de acordo com o artigo 278º do Código das Empresas Comerciais.

Assembleia geral da Construgrafia Empreendimentos Imobiliários Lda, na Praia, aos 23 de fevereiro de 2017. – A gerente, *Maria Judite Correia Lopes*.



II SÉRIE
BOLETIM
OFICIAL

Registo legal, nº 2/2001, de 21 de Dezembro de 2001

Endereço Electronico: www.incv.cv



Av. da Macaronésia, cidade da Praia - Achada Grande Frente, República Cabo Verde.
C.P. 113 • Tel. (238) 612145, 4150 • Fax 61 42 09
Email: kioske.incv@incv.cv / incv@incv.cv

I.N.C.V., S.A. informa que a transmissão de actos sujeitos a publicação na I e II Série do *Boletim Oficial* devem obedecer as normas constantes no artigo 28º e 29º do Decreto-Lei nº 8/2011, de 31 de Janeiro.